



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 4ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 22 DE MARÇO DE 2022

ATA Nº. 5 / 2022

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
 - 3.1.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
 - 3.1.2. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
 - 3.1.3. VOTAÇÃO - MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
 - 3.1.3.1. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA ÀS ESTRUTURAS DE MADEIRA DESTINADAS À RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
 - 3.2.1. SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
 - 3.2.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
 - 3.2.3. SRª. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
 - 3.2.4. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.2.5. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (IN-OV)
 - 3.2.6. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: APROVADA POR UNANIMIDADE EM 19-04-2022			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	3		
PSD	2		
ES	2		
CDU	1		
IL	1		
CH	—		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	—		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CARRANDE QUEZAS	—		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS OEIRAS	—		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

- 3.2.7. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.2.8. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2.9. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.2.10. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2.11. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.2.12. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2.13. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.2.14. SR. DINIS ANTUNES (PRESIDENTE DA J.F. PORTO SALVO)
- 3.2.15. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2.16. VOTAÇÃO - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA ÀS ESTRUTURAS DE MADEIRA DESTINADAS À RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
- 3.2.16.1. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO ARVOREDO MUNICIPAL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.3.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.3.2. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (IN-OV)
- 3.3.3. SR^a. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA
- 3.3.4. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.3.5. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.6. VOTAÇÃO - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO ARVOREDO MUNICIPAL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.3.6.1. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3.6.2. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.4. VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.4.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.4.2. SR^a. DEPUTADA CARLA SANTOS (CH)
- 3.4.3. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.4.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.4.5. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.4.6. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.4.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.4.8. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.4.9. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4.10. SR^a. DEPUTADA CARLA SANTOS (CH)
- 3.4.11. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4.12. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 3.6. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.8. VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA – VERSÃO FINAL
- 3.8.1. VOTAÇÃO - VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.9. VOTAÇÃO - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN

- 3.10. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.11. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
- 3.12. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 3.13. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.14. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.15. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 143/2022 – DMOTDU/DPERU/DRU – RELATIVA AO P.º 13/DRU/21 – CASAL DA CHOCA – CONSTRUÇÃO DA ALAMEDA DA ZONA C – APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA, APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO E ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL
- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 165/2022 – DMEDSC/DDS/DCS – RELATIVA AO PROCESSO DAS JUNTAS DAS UNIÕES DAS FREGUESIAS E DE FREGUESIAS RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA – 1.º SEMESTRE DE 2022
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 178/2022 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À ANEXAÇÃO DE TERRENOS MUNICIPAIS E RETIFICAÇÃO DE ÁREA/INTEGRAÇÃO DE TERRENOS NO DOMÍNIO PÚBLICO, SITOS EM PAÇO DE ARCOS
- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 184/2022 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.4.1.1. SR. DEPUTADO RUI NASCIMENTO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 197/2022 – GAP – RELATIVA À REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 665/2020 – AQUISIÇÃO DE PROJETO DO CENTRO DE CONGRESSOS DE OEIRAS
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ATA DA 4ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 22 DE MARÇO DE 2022-----

----- ATA Nº. 5 / 2022-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado

Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, João Rafael Marques Santos, Ágata Patacho Midões dos Reis Branco, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Faltou o eleito Orlando Vaz Tavares, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, tendo a Mesa justificado a respetiva falta.-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista, Ágata Patacho Midões dos Reis Branco, da Coligação Democrática Unitária e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 143/2022 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ao P. ° 13/DRU/21 – Casal da Choca – Construção da Alameda da Zona C – Aprovação de relatório final e adjudicação da empreitada, aprovação da minuta de contrato e alteração orçamental;-----

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 165/2022 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Processo das Juntas das Uniões das Freguesias e de Freguesias relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância – 1.º Semestre de 2022;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 178/2022 – DMAG/DFP/DP – relativa à Anexação de Terrenos Municipais e Retificação de Área/Integração de Terrenos no Domínio Público, sites em Paço de Arcos; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 184/2022 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão);-----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 197/2022 – GAP – relativa à Reprogramação Financeira do contrato de prestação de serviços N.º 665/2020 – Aquisição de Projeto do Centro de Congressos de Oeiras. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU-----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de um milhão e meio de serviços em todo o território nacional. -- -----

----- Prevenção, vigilância e combate a incêndios, emergência pré-hospitalar, socorro e acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, transporte de doentes, abastecimento de água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros um

pilar fundamental do Sistema de Proteção e Socorro, quer em Portugal, quer no nosso Município.

-----As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas. -----

-----Para muitas AHBV, os aumentos dos preços dos combustíveis já estão a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações, situação que poderá agravar-se a curto prazo. O Governo anunciou que vai apoiar com mil e quinhentos euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam. -----

-----A criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado “gasóleo verde”, é uma medida que urge efetivar, no sentido de um mais justo regime de financiamento das Associações.

-----Para além de todo o extenso apoio que a Câmara Municipal de Oeiras já atribuiu às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois, delibera: -----

-----Um. Expressar a sua solidariedade às AHBV do Concelho de Oeiras, no seu empenho e esforço humano, material e financeiro prestado na resposta permanente às múltiplas necessidades sociais e de segurança das populações e na sua luta por um sistema de financiamento e compensação justo e efetivo; -----

-----Dois. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares para que, com rapidez, promovam iniciativas legislativas que permitam o acesso ao “gasóleo verde” pelas corporações de Bombeiros; -----

-----Três. Recomendar ao Ministério da Saúde a cobertura dos custos efetivos dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes.” -----

3.1.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão desta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina

Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -- -----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata e Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 41/2022** -----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.1.2. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Esta Moção decorre, naturalmente, de uma perceção que é comum e que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transmitida a vários níveis (a nível nacional, mas, também a nível local), como resultado de uma reunião que a CDU teve com o secretariado das Associações de Bombeiros do Concelho de Oeiras e, portanto, também resulta um “bocadinho” deste contacto direto com quem está no terreno a sentir estas dificuldades e que penso que são partilhadas e conhecidas de todos.-----

----- Era apenas este enquadramento.-----

----- Muito obrigado.”-----

3.1.3. VOTAÇÃO - MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e António Rita Martins Caro), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo

da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com seis abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe) e uma do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata e Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 42/2022** -----

-----**MOÇÃO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com seis abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista e uma do Partido Chega:-----

-----Um - Expressar a sua solidariedade às AHBV do Concelho de Oeiras, no seu empenho e esforço humano, material e financeiro prestado na resposta permanente às múltiplas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

necessidades sociais e de segurança das populações e na sua luta por um sistema de financiamento e compensação justo e efetivo;-----

----- Dois - Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares para que, com rapidez promovam iniciativas legislativas que permitam o acesso ao “gasóleo verde” pelas corporações de Bombeiros; -----

----- Três - Recomendar ao Ministério da Saúde a cobertura dos custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.1.3.1. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Senhora Presidente, abstive-me nesta Moção, porque entendi que esta Moção está bonita, tem lindas palavras, mas não passa disso. -----

----- Isto chama-se fazer política, sem acrescentar nada de novo. -----

----- “Expressar a sua solidariedade”, “Apelar ao Governo” e “Recomendar ao Ministério da Saúde”, é mais do mesmo. É “música nos meus ouvidos”. Vamos, sim, trabalhar a sério com propostas sérias e concretas, a bem de todas as associações dos bombeiros do Concelho de Oeiras e de todo o país.” -----

3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA ÀS ESTRUTURAS DE MADEIRA DESTINADAS À RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD-----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu a Proposta de Recomendação referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O Município de Oeiras procedeu à instalação, na via pública, de estruturas de madeira destinadas à deposição de resíduos verdes. Estes espaços estão localizados em todas as

Uniões/Freguesias do Concelho nomeadamente em Algés, Linda-a-Velha, Carnaxide, Queijas, Barcarena, Porto Salvo, Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. -----

-----As estruturas em causa destinam-se a receber relva, ervas, folhas ensacadas, ramagens e troncos com dimensão inferior a um vírgula três metros, resíduos resultantes da manutenção dos jardins e espaços verdes dos municípios. -----

-----Ora, acontece que estes espaços destinados à recolha dos resíduos referidos, são atualmente utilizados como depósito dos mais diversos tipos de materiais (cimento, tijolos, restos de azulejos, madeiras, colchões, tapetes, cadeiras, sofás, equipamentos elétricos, eletrónicos, cabos, utensílios domésticos, entre outros), constituindo-se como verdadeiros focos de insalubridade e atentado ambiental. -----

-----Ainda que sejam levadas a cabo ações de sensibilização, informação e esclarecimento, sabemos que continuaremos a assistir ao uso indevido destas estruturas. -----

-----Importa, pois, acautelar os comportamentos abusivos protegendo a limpeza do espaço público e conseqüentemente o bem-estar dos municípios.-----

-----Considerando que as estruturas possuem aberturas amplas que permitem a fácil circulação de pessoas e bens, considera-se urgente proceder-se à alteração do espaço em questão de forma a impossibilitar a entrada de pessoas ao interior e o depósito de resíduos pesados, de grande dimensão e de natureza distinta daquela a que se destinam.-----

-----Será necessário vedar toda a estrutura deixando apenas uma abertura de dimensão suficiente para o depósito de resíduos verdes, salientando-se a necessidade de elevar essa abertura para dificultar o manuseamento de resíduos pesados. -----

-----Desta forma, a Assembleia Municipal delibera RECOMENDAR à Câmara Municipal de Oeiras que promova as necessárias alterações (tecnicamente estudadas pelos respetivos serviços) às estruturas de madeira destinadas à recolha de resíduos verdes, estudando a melhor solução para evitar que seja dado, a essas estruturas, uso distinto daquele a que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

destinam. -

3.2.1. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) observou o seguinte:

----- “No seguimento desta Proposta de Recomendação (não apresentada por mim, mas pelo Partido Social Democrata), acho que ela está clara. Nós fizemos uma prospeção no Concelho e verificámos que não havia só um ou dois exemplos. Portanto, todas estas estruturas são utilizadas pelos munícipes para aí depositar inúmeros resíduos, que prejudicam a salubridade do espaço público. Tendo estas estruturas umas aberturas suficientemente grandes, possibilitam a que os munícipes façam uso delas e não recorram aos serviços que a Câmara disponibiliza, nomeadamente a recolha de monos, que é um serviço que funciona muito, muito bem. É um serviço que, obviamente, não está disponível no minuto a seguir, mas é um serviço que, no dia seguinte, dois dias a seguir, passa pela casa dos munícipes e recolhe os monos que forem para deitar fora, e acho que urge tomar aqui uma medida, retificar a forma destas estruturas para que, de facto, elas possam servir os fins a que se destinam.

----- Portanto é isto. É isto a Proposta do PSD e gostaria de sensibilizar toda esta Assembleia para que, de facto, possamos acabar com este acumular de lixo às nossas portas. ----

----- Muito obrigada.”

3.2.2. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte:

----- “Não queria pronunciar-me exatamente sobre esta Proposta de Recomendação, pelo simples facto de não ter conhecimento técnico para isso. Não ponho em causa que o fundamento desta Proposta esteja correto, mas não estou, não me sinto em condições de propor à Câmara que a solução possa ser esta ou possa ser outra.

----- Portanto, perguntava à Câmara Municipal se estaria em condições de nos esclarecer, sobre aquilo que efetivamente se passa, por forma a que nós possamos, em consciência, achar que esta Proposta de Recomendação faz todo o sentido (como aparentemente faz) ou se há questões de ordem técnica, que impedem que esta solução seja possível. Portanto, pedia à

Câmara que se pronunciasse (se entendesse que isso era útil), para que nós também, pela nossa parte, possamos ter uma atitude perante esta Proposta que é feita. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.2.3. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta Proposta, estou solidária com a posição do Senhor Deputado do IN-OV, até porque se levanta uma questão que é haver aqui uma Recomendação concreta (de vedar a estrutura deixando apenas uma abertura de dimensão suficiente para o depósito de resíduos verdes) e a questão que se coloca é exatamente se, depois, estas estruturas serão utilizáveis para o fim a que se destinam, que é colocar lá resíduos verdes e, já agora, aproveito também para solicitar ao Executivo que explique se esta questão é um problema efetivo, e que tipo de soluções é que se podem encontrar. -----

-----Obrigada.” -----

3.2.4. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) faz a seguinte intervenção: -----

-----“Queria apenas esclarecer, parece que será resultado de uma análise menos clara por parte da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, porquanto o que PSD está a propor a esta Assembleia e que recomenda é apenas, e tão somente, o que está no último parágrafo, e o que está no último parágrafo é deixar à Câmara completa liberdade de analisar as alterações mais ajustadas (sejam elas quais forem) para, enfim, a alteração de uma situação que nós observámos como, concretamente... enfim, que está a acontecer. -----

-----Não é aqui a questão que tem a ver com vedar ou não vedar, o que é deixado à Câmara... (esta podia ser uma solução, mas não é isso que estamos a recomendar), o que estamos a recomendar à Câmara é que sejam os serviços técnicos, tendo em conta aquela realidade e por forma a evitar a continuidade desta solução que passa, naturalmente, enfim, penso que por alguma falta de civismo da população mas isso não é, naturalmente, infelizmente apanágio disto, vai muitas com tempo, e o que se propõe é que haja aqui uma solução qualquer que, pelos vistos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não passará apenas pela informação da população, porque essa já foi feita pela Câmara e parece que, afinal, não terá resultado. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.2.5. O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Desde a primeira hora, sempre quis diferenciar a “proposta de recomendação” e o “pedido de informação”.-----

----- Nós, aqui nesta Proposta de Recomendação, a Proposta de Recomendação recomenda ao Executivo (neste caso a Câmara Municipal) acolher a Proposta que, no entendimento do proponente, que a Câmara não tem a sensibilidade relativamente a esta matéria. Na minha opinião, nem é o caso a que nós estamos aqui a assistir.-----

----- Acho que aqui, depois da intervenção do ilustre Deputado Pracana (PSD), podemos falar que não estamos verdadeiramente perante uma proposta de recomendação, mas sim um de pedido de informação.-----

----- Acho que uma proposta de recomendação, antes de chegar aqui à Assembleia Municipal, o trabalho que devia ser feito, era solicitar informação aos serviços da Câmara para enriquecer a proposta e trazer a proposta aqui devidamente com a avaliação técnica dos serviços, para recomendar à Assembleia, para a Assembleia votar. Não é aqui, em plena Assembleia, durante o debate, que nós vamos aqui pedir as informações ao Executivo, relativamente à Proposta que temos aqui.-----

----- Isto é a minha opinião, acho que esta Proposta devia já, o Partido Social Democrata, com todo o respeito, deveria dirigir-se aos serviços da Câmara, solicitar essa informação, trazer a informação aqui na Proposta de Recomendação para os Deputados depois, assim, se pronunciarem relativamente a esta situação.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

3.2.6. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Gostava só de dizer, relativamente a esta Proposta de Recomendação, que ela tem sete parágrafos de considerações, para concluir “Recomendar à Câmara que a Câmara faça o trabalho que lhe compete fazer” ou seja: esta Proposta de Recomendação não recomenda nada, a não ser aquilo que é já o trabalho da própria Câmara Municipal, razão pela qual nós não entendemos este texto. Até entenderíamos que esta intervenção fosse feita no Período Antes da Ordem do Dia, como uma declaração política e um pedido de esclarecimentos à Câmara, mas colocado como uma recomendação a nós não nos faz sentido e, portanto, aguardamos, naturalmente, que o Senhor Vice-Presidente esclareça se a Câmara faz ou não faz aquilo que deve fazer, tal e qual como está recomendado que a Câmara faça na lei e, pelos vistos, na Proposta de Recomendação do PSD. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.2.7. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Deixem-me lá ver se consigo escolher as palavras certas e corretas.-----

-----É preciso nós termos em atenção duas coisas: as propostas de recomendação que nós trazemos à Assembleia são, naturalmente, a pensar no bem-estar dos munícipes e em melhorar o Concelho. - -----

-----Penso que todos os grupos políticos e partidos políticos com sede nesta Assembleia têm esse objetivo e quando fazem uma proposta de recomendação não é só para acumular papéis em cima das mesas é, de facto, para trazer alguma coisa de útil.-----

-----Não sei se os Senhores Deputados que acabaram de intervir têm a noção daquilo que o PSD aqui trouxe, se já viram estas estruturas. Se não viram, tenho o maior gosto em partilhar as fotografias que aqui tenho com vocês (nomeadamente com o Senhor Deputado do IN-OV e com a Senhora Deputada Alexandra do Partido Socialista) e, portanto, aquilo que nós estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui a fazer e que acho que nos compete é, de facto, arranjarmos as melhores soluções, para melhorar a vida dos nossos munícipes. -----

----- Dos sete parágrafos que aqui estão, nem todos contêm considerandos. Se a Senhora Deputada Alexandra do PS, ler o último parágrafo, a solução é trazida pelo PSD. Naturalmente que, em termos técnicos, o PSD não tem a capacidade para vir aqui apresentar um esboço da estrutura de madeira com as medidas necessárias, para que o trabalho seja concretizado pela Câmara. Naturalmente que há aqui um espaço técnico, há aqui uma margem técnica, que nem eu tenho pretensões (nem qualquer um dos Deputados do Partido Social Democrata) a entender ou a vir ensinar o que quer que seja à Câmara. -----

----- Portanto, para ver se nós nos entendemos: se alguém quiser ver as fotografias que nós aqui temos, volto a repetir, tenho o maior prazer em mostrar. Se quiserem contribuir para que este problema seja ultrapassado, pois é ler melhor a Proposta porque, se calhar, a Senhora Presidente não foi clara o suficiente, ver a solução apresentada no penúltimo parágrafo, e, de facto, perceber que o Partido Social Democrata diz que: “Será necessário vedar toda a estrutura, deixando apenas uma abertura de dimensão suficiente para o depósito de resíduos verdes”. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), não são considerações, são propostas.- -----

----- Muito obrigada.”-----

3.2.8. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Eu até acredito que não tenha feito uma leitura suficientemente clara, mas este documento foi distribuído por todos e, portanto, todos tiveram oportunidade de o ler.”-----

3.2.9. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Não queria perder muito tempo com isto, mas queria deixar claro aquilo que ao

princípio disse e, já que a Proposta não é de uma pessoa em concreto, mas é de um partido, convinha que as duas pessoas que representam o partido, dissessem exatamente a mesma coisa. -

-----Aquilo que o Senhor Deputado do Partido disse foi para olharmos para o último parágrafo do texto, em que deixava à Câmara toda a abertura para fazer aquilo que fosse entendido e, agora, diz-nos a Senhora Deputada que, afinal, há uma proposta concreta, proposta concreta essa que está no penúltimo e no antepenúltimo parágrafo deste texto, o que leva a concluir que a Deputada do PS também não está certa, quando diz que são tudo parágrafos de considerandos e só o último é que não é. Também não é assim. Mas enfim, entre PS e PSD estas coisas já são hábito e, portanto (risos), não estou muito preocupado com isso. -----

-----Agora, volto à minha e àquilo que disse desde o princípio. Como o PSD também já nos disse que não tem condições para, do ponto de vista técnico, saber se a solução que propõe aqui é a solução boa ou não é, o que eu disse desde o princípio foi que a Câmara Municipal, que é responsável por isso (como o PS disse e bem) nos diga se os considerandos estão certos, se a solução que aqui está proposta é ou não é uma solução possível e se tudo isso for assim, nós concordamos com o último parágrafo do texto. -----

-----Se os considerandos não estão certos e se a solução técnica não é possível, nós não podemos concordar com o último parágrafo do texto e a nossa posição é só esta: esperamos que a Câmara nos diga aquilo que entender sobre este assunto. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.2.10. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), tem pouco tempo...” -----

3.2.11. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Estava eu a dizer que esperava já não ter que intervir, mas depois de algumas considerações sobre a hermenêutica do texto, de facto, infelizmente, estamos aqui a discutir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acessório e não o essencial. O que o PSD gostaria de estar aqui neste momento a olhar, era se há ou não há razão para aquilo que vem propor. Importa aqui se é o considerando A, B ou C ou se é a Recomendação? -----

----- Nós, como outras forças políticas nesta Assembleia, ao longo dos anos temos apresentado inúmeras recomendações. O argumentário da Senhora Deputada do PS é, no mínimo, risível, na medida em que procura votar contra aquilo que entende, provavelmente, que é uma situação razoável, em relação àquilo que é o interesse das populações. -----

----- Nós estamos todos aqui, como já disse a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) com o mesmo objetivo (creio eu...), que é a defesa do ambiente, é a defesa dos cidadãos de Oeiras e a Câmara não tem outro objetivo em mente senão esse, porque já a conhecemos há muitos anos. -----

----- Meus amigos, companheiros e deputados, vamos ao que importa: este texto, merece ou não merece a vossa aceitação? Se não merece, votem contra ele, não há problema. Nós estamos aqui para umas vezes perder, outras vezes ganhar, o que importa é se temos ou não temos razão e acho que, nesta matéria, temos razão.” -----

3.2.12. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Acho que importante era ouvirmos o que a Câmara tem a dizer sobre este assunto (se tem algo). -----

----- Resulta que ia pedir ao Senhor Vice-Presidente se podia usar da palavra e dizer o que acha desta Proposta do Partido Social Democrata e dos seus considerandos.” -----

3.2.13. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Três pontos: -----

----- Primeiro. Para que servem aquelas estruturas? Para que os cidadãos deixem de depositar os resíduos verdes resultantes dos espaços verdes das suas casas nos passeios e os possam concentrar num espaço específico e, assim, melhorar a limpeza urbana. -----

-----Segundo ponto. Aquelas estruturas servem para as pessoas depositarem lá os resíduos verdes e para os serviços do Município, depois, os recolherem. Portanto, a abertura tem de ter a dimensão suficiente para as pessoas depositarem os resíduos verdes e para os serviços (é preciso lembrar isto) os poderem recolher, portanto, nunca pode ser tão pequena que dificulte a sua recolha. -----

-----Terceiro ponto. Se me permitem, esta é que é a questão central da discussão: as estruturas estão a ser usadas por algumas pessoas para outro fim, que não aquele a que se destina. De quem é que é a responsabilidade? Do Município que criou as estruturas, com a bondade das pessoas terem onde as depositarem ou daqueles que sabendo que aquelas estruturas se destinam a espaços verdes, escolhem lá depositar sofás, fogões, roupeiros, mísseis (estão na ordem do dia...) (risos). Não pode ser responsabilidade do Município que haja gente... Por esta altura, toda a gente sabe que quando passeia o seu cão, deve ter um saquinho para apanhar o dejetos e deitar no sítio certo. Há uma série de pessoas que, quando passeia o cão, por falta de respeito por todos os outros, deixa o dejetos na rua e, perdoem-me a expressão: “Que se dane o vizinho”. Tem um filho pequeno, pode apanhar, por na boca ou pisar... não há problema nenhum. Eu não respeito o meu vizinho, portanto, o meu cão pode fazer o que quiser. Na verdade, é disso que se trata. Este é um problema de falta de civismo das pessoas que sabem que não precisam de deixar ali, mas como são comodistas e não têm respeito, quer pela comunidade, quer pelas pessoas dessa comunidade, no lugar de telefonarem para a Câmara para recolher o mono, porque aqueles objetos de grande dimensão são os monos e pode ser agendada a sua recolha, não... colocam naquele espaço. -----

-----Naturalmente que é sempre possível verificar e ajustar se o tamanho da entrada das zonas dos espaços verdes, daquelas paliçadas, pode ser diminuído, mas a questão central não é se a entrada é grande ou pequena. -----

-----Se a Proposta de Recomendação dissesse que era necessário reforçar a sensibilização para que os cidadãos utilizem corretamente uma zona de depósito de resíduos verdes, é sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

possível melhorar a sensibilização e é sempre desejável que assim o façamos. Agora, fazer crer que as pessoas depositam um sofá numa zona de recolha de resíduos verdes, porque a entrada é grande... perdoem-me, contem-me outra. Quem lá deposita o sofá ou o fogão (ou o míssil) é porque o quer, porque não respeita o suficiente a comunidade e o seu próximo.-----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

3.2.14. O Senhor Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo) interveio e disse o seguinte:

----- “Estamos aqui a falar de uma coisa que, daquilo que tenho presenciado ao longo de oito anos, não é essa a solução. Nós até podemos fechar tudo, podemos pôr portas de ferro e, no dia seguinte, temos uma descarga encostada ao lado de restos de obras, de móveis, de tudo e mais alguma coisa. Assisti, e obriguei várias pessoas... Ainda há muito pouco tempo, uma camioneta à meia noite a descarregar restos de obras que não era de Porto Salvo (a camioneta veio do Cacém, foi identificada a matrícula e era do Cacém) e foram obrigados a carregar os sacos todos para dentro da camioneta à meia noite, porque eu chamei a polícia. Estavam a colocá-los, precisamente, na Rua Monsenhor Moreira das Neves, cá fora, ao lado da paliçada. Isso acontece em vários locais e por muito que se possa subir, por muitas portas que se possam colocar, isso acontecerá sempre. É obras, é móveis, é pneus, é restos de automóveis e, portanto, não é esta a solução, porque a solução está, realmente, em fazer uma campanha de sensibilização, acompanharmos esta situação todos mais de perto e fazer todos os possíveis para que, ao longo do tempo e nos próximos tempos, esta situação vá melhorando, porque não há forma tão rápida de a resolver. Isso vos garanto, porque acompanho há oito anos e é constante, todas as semanas. Tenho pessoas com quem falo “você fez isto e foi por ali e se voltar a fazer, eu faço uma denúncia” e sei que, na semana seguinte, a pessoa voltou a fazer.-----

----- Há sim que fazer uma campanha de sensibilização, até colocar placas lá, com os regulamentos, com as coimas, com isso tudo, sensibilizar as pessoas e apelar às pessoas. Penso que passa por aí.-----

-----Muito obrigado.” -----

3.2.15. A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Não gosto de fazer comentários mas, devo dizer-vos que quando vi a delimitação deste espaço para os verdes, fiquei muito agradavelmente surpreendida porque, não há dúvida, de que pelo menos as pessoas sabiam que podiam pôr ali e estavam bem enquadrados e a sua recolha também seria mais fácil, do que quando se põe no passeio, que quando vem a camioneta, depois está um carro parado à frente e não tem possibilidade de recolha.-----

-----Parece-me que a atitude que devemos ter é de ser um “bocadinho” mais... fazer alguma pedagogia porque, como disse o Senhor Vice-Presidente, não recolher os dejetos dos caninos... já melhorou bastante, há uns anos era muito pior, as pessoas hoje já estão mais sensibilizadas, já trazem os sacos, nem todos cumprem, mas já houve alguma evolução.-----

-----Não há dúvida que se encontra e é desagradável ver-se os monos também misturados com os verdes, mas, porque não fazemos nós alguma pedagogia sobre o assunto? Tentarmos sensibilizar o vizinho? Porque isto é o mesmo, há também quem ponha os sacos do lixo ao lado dos contentores e não ponha dentro dos contentores. Há quem atire pelas janelas, exatamente. Aliás, já uma vez assisti a um a cair e nem sequer era em nenhuma zona menos favorecida, era num bairro até, em que as pessoas deveriam ter alguma formação, para não o fazerem. Enfim. ---

-----Não quero influenciar de modo algum a votação, mas, volto a dizer, penso que isto depende de todos nós. Todos nós tentarmos fazer alguma pedagogia e sensibilizar as pessoas para aquilo que está feito e para aquilo que serve.-----

-----Ainda por cima vivemos num concelho onde é fácil a recolha dos monos, porque há um número de telefone que, rapidamente, recolhe.-----

-----Iria pôr à votação esta Proposta de Recomendação, embora tenhamos ouvido, já, o que a Câmara disse sobre qual é a política camarária sobre esta questão.” -----

3.2.16. VOTAÇÃO - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA ÀS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ESTRUTURAS DE MADEIRA DESTINADAS À RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e um votos contra, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com nove abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Domingos Ferreira Pereira dos Santos), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), duas da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), uma do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com seis votos a favor, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho) e três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica

dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

-----O Senhor Deputado José Maria Godinho Montezo do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 43/2022** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA ÀS ESTRUTURAS DE MADEIRA DESTINADAS À RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e um votos contra, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, com nove abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, duas da Coligação Democrática Unitária, uma do Partido Chega e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com seis votos a favor, sendo três do Partido Social Democrata e três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.2.16.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O PSD entendeu apresentar esta Proposta, que mereceu alguns votos favoráveis, mas não os necessários para a sua aprovação, porquanto considera que a questão do civismo, sendo essencial, não está a ser claramente identificada pela Câmara, que já tratou disso junto destas estruturas de madeira. Pelo contrário, há que entender que, se assim não fosse, nunca se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

justificaria, face à falta de civismo dos condutores em estacionarem neste Concelho em tudo o que é sítio, a quantidade de, no fundo, pilaretes que a Câmara tem colocado e esta é a questão: quando o civismo não funciona, há que encontrar soluções que não apenas transmitir às pessoas o que devem fazer e, por isso, votámos favoravelmente.” -----

3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO ARVOREDO MUNICIPAL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A árvore desempenha um papel fundamental no equilíbrio ecológico do planeta.”
(Artigo primeiro da Declaração dos Direitos da Árvore).-----

----- O "Dia Mundial da Árvore ou da Floresta" foi instituído com o objetivo de sensibilizar as populações para a importância das árvores e da floresta na manutenção da vida na Terra.-----

----- Em mil novecentos e setenta e quatro, foi celebrado o primeiro "Dia Mundial da Árvore e da Floresta" em Portugal, tendo sido escolhida a data de vinte e um de março. Em dois mil e doze, a ONU declarou-o como Dia Internacional das Florestas, com o objetivo principal de garantir que as gerações futuras continuarão a beneficiar dos múltiplos serviços e produtos que devemos a todas as árvores e florestas. -----

----- Considerando que:-----

----- A estabilidade do clima e dos ecossistemas, dos quais nós e todas as outras espécies dependem, está a deteriorar-se mais rápido do que nunca. Estamos a delapidar as próprias bases das nossas economias e meios de subsistência, pondo assim em causa a nossa segurança alimentar, saúde e qualidade de vida. Estamos em plena emergência ambiental, e urge reverter algumas políticas das últimas décadas que estão em contraciclo com as crises que vivemos. -----

----- As vantagens da vegetação arbórea em contexto urbano são amplamente

reconhecidas. Além de contribuir para qualificar as cidades, vilas e aldeias, a vegetação é um valioso dispositivo para modular o microclima urbano, suavizando extremos climáticos, promovendo o bem-estar e reduzindo os riscos para a saúde pública decorrentes das ondas de calor e de emissão de gases.-----

-----Na sequência de uma petição, em agosto de dois mil e vinte e um reconhecendo a necessidade de definir regras sobre quem pode gerir o sistema da vegetação e quem pode fiscalizar esta atividade, a Assembleia da República aprovou a Lei número cinquenta e nove de dois mil e vinte e um do Regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, destinado a proteger as árvores de intervenções danosas, tais como podas e desbastes efetuados de forma desregrada e nociva. Passou assim a existir a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais que visam integrar as melhores práticas, um conjunto de orientações que pretendem a salvaguarda e a valorização das estruturas arbóreas, inventários municipais do arvoredo urbano e ainda uma plataforma para denúncias de pretensas infrações. A plena implementação do guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano, aguarda proposta do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para ser avaliado pelo Governo.-----

-----Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária quatro de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras:-----

-----Um. A divulgação pública do Manual de Boas Práticas na Gestão do Arvoredo do Município; -----

-----Dois. A erradicação imediata das podas de rolagem entre outras por não constituírem boas práticas, de acordo com a lei;-----

-----Três. Inventariação (espécie, idade, estado fitossanitário, georreferenciação etc. conforme Lei número cinquenta e nove de dois mil e vinte e um) de todas as árvores do concelho, designadamente as dos arruamentos;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quatro. A disponibilização ao cidadão da informação da inventariação do arvoredo colocando-a disponível em site de dados aberto;-----

----- Cinco. Que lidere o processo de classificação de Arvoredo de Interesse Público do município, enviando pedido de classificação ao ICNF de exemplares isolados ou conjuntos arbóreos que, pela sua representatividade, raridade, porte, idade, historial, significado cultural ou enquadramento paisagístico, reúnam condições de serem propostos para classificação de interesse público.”-----

3.3.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Utilizando como pretexto uma das maiores preocupações do nosso tempo, as que se relacionam com os problemas ambientais e, nomeadamente, com a questão das alterações climáticas, a Extrema Esquerda vem introduzir hoje, na Assembleia Municipal, uma questão que claramente a ultrapassa por totalmente extemporânea, o que manifesta aquilo a que já estamos habituados vindo daquele lado da bancada, o que demonstra uma total demagogia. -----

----- De facto, ao propor um conjunto de recomendações ao Executivo Municipal, tendo como base o disposto na lei número cinquenta e nove de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto, esquecendo propositada e intencionalmente o disposto nos seus artigos sexto, sétimo e oitavo, apesar de a um deles fazer alusão quando refere que “a implementação do guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano aguarda proposta do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta para ser avaliado pelo Governo” manifesta (e volto a repetir), uma total demagogia. -----

----- Senão, vejamos. Aquilo que é referido no artigo sexto é o seguinte: “O guia de boas práticas é aprovado pelo Governo no prazo de seis meses, mediante proposta do Instituto de Conservação da Natureza, em estreita articulação com as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas, envolvendo ainda as entidades com responsabilidade na gestão de arvoredo e na

defesa do ambiente.” No seu ponto dois, refere o seguinte: “O Guia de boas práticas constitui uma referência para a elaboração do instrumento de gestão municipal previsto na presente lei.” --

-----Depois de tudo isto, depois de toda esta obrigatoriedade do Governo ter sido cumprida, o Município tem o prazo de um ano com base neste guia de boas práticas, elaborar tudo aquilo que a Extrema Esquerda hoje vem propor à Assembleia. -----

-----O que é que nós podemos presumir aqui? Que ou faz intencional e demagogicamente, ou então não leu devidamente a lei, a lei que invoca porque, de facto, esta Proposta de Recomendação teria alguma lógica se endereçada a outro destinatário. Eu entendê-la-ia completamente e com toda a lógica e votaria favoravelmente caso ela fosse dirigida ao Governo, é certo que os seis meses que a própria lei prevê apenas caducaram, salvo erro, a dezoito de fevereiro. E também nós sabemos que, muitas vezes, estes prazos previstos na lei não são mais do que uma formulação de retórica, porque são prazos que raramente são cumpridos.---

-----Agora, vir propor à Câmara Municipal que cumpra algo que, manifestamente, não deve cumprir, porque a montante existem responsabilidades de outras entidades, convenhamos, para demagogia, já basta.” -----

3.3.2. O Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV) observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Só acrescentaria ao que disse o meu colega António Vicente (IN-OV) que, de facto, não há nada pior para impedir a marcha de seja o que for, do que “pôr a carroça à frente dos bois” e, portanto, isto está mal feito, não tem consistência e se fosse admitida ou aprovada criaria ruído que não facilitaria os objetivos de defesa do ambiente e da qualidade de vida, que todos nós pretendemos.-----

-----Muito obrigado.” -----

3.3.3. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Li hoje (em “diagonal”, confesso) esta Proposta de Recomendação do Grupo Político Evoluir Oeiras e quero referir, quer na qualidade de Presidente da União de Freguesias, quer na qualidade de ex-Vereadora do pelouro do ambiente, que me.... enfim, fico surpreendida, porque quem ler isto de novo fica com a ideia de que, em Oeiras, não há uma política ambiental e, particularmente, não há uma política estratégica para o parque arbóreo municipal. -----

----- O atual Presidente da Câmara, como todos sabemos ou a maioria dos que aqui estão sabem (mas parece que o Grupo Evoluir desconhece e não quer estudar devidamente as decisões que foram tomadas no passado e, mais do que as decisões, aquilo que se fez), começou com uma política ao nível ambiental para qualificação do território na década de oitenta. -----

----- Nós tivemos, inclusivamente, em mandatos anteriores recentes, o Plano Estratégico de Arborização do Concelho, em que o objetivo principal era “uma árvore, um cidadão”. Esse objetivo foi, não só cumprido, mas ultrapassado. De facto, é pena que o Grupo Político Evoluir não tome conhecimento daquilo que se tem feito e não tome conhecimento também de uma Assembleia Municipal em que técnicos da Câmara vieram fazer uma apresentação das causas e dos princípios que levam aos diversos tipos de poda, que são feitos no Concelho de Oeiras. -----

----- Parece-me que esta Proposta não faz qualquer sentido e quero deixar aqui o meu testemunho de apreço à política ambiental que a Câmara tem seguido e, particularmente, ao reforço do património arbóreo que continua assim a ser um desiderato desta Câmara e do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

3.3.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Queria aproveitar, antes de ouvir a posição da Câmara e depois de alguns comentários que tivemos aqui dos colegas Deputados, só dizer que o que esta Proposta diz não é que a Câmara está em falta com alguma coisa. O que esta Proposta diz é que a Câmara pode ser pioneira num processo. Portanto, esta Proposta (que não me parece que tenha qualquer

problema) pede, por exemplo, a divulgação do Manual de Boas Práticas de Gestão do Arvoredo. Se a Senhora Presidente Madalena Castro diz que parece que não há estratégia, que não há plano quem lê isto... não, na verdade, o que se pede é a divulgação. Se ele já existe há muitos anos, também há muitos anos que já podia estar divulgado no site da Câmara e não há qualquer informação sobre isto.-----

-----Depois, é importante, também, não confundir com o que é o Plano de Arborização que sim, sei que existe e também não consigo consultá-lo porque também não é público, mas consultando a informação de atas desta Assembleia sei que existe, pelo menos desde dois mil e seis. Portanto, informação, de facto, não nos falta. -----

-----A questão aqui é que nós pedimos que o que já existe seja divulgado e, também, nós sabemos que esta lei que foi aprovada recentemente na Assembleia da República não é um trabalho que se faz de um dia para o outro. É um trabalho que se vai fazendo. O que se pede aqui é que o Município seja pioneiro nestes pontos que aqui propomos.-----

-----Em relação ao quinto ponto, por exemplo, dizer que as árvores ou a classificação de árvores de interesse público não é algo que esteja nesta legislação referida e, portanto, também é um ponto que nada tem a ver com essa legislação. É um ponto à parte e que se pede que seja o Município a liderar um processo de classificação das árvores, que pode até ser qualquer município a fazer, desde que as árvores sejam exemplares isolados ou conjuntos arbóreos que tenham, pela sua representatividade, porte, idade, raridade, etc. condições para serem propostos.

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

3.3.5. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“A questão é simples. -----

-----Como calculam, não tenho nenhum prazer em me opor ou criar condições ou defender moções ou recomendações, venham elas de que grupo vierem. Mas quero dizer, as coisas têm que ter, como sói dizer-se hoje em dia, alguma sustentabilidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- As moções ou recomendações que vêm aqui deste lado, do lado da Coligação Evoluir, têm sempre uma dose de oportunismo que é confrangedora porque... Não são os únicos, atenção, houve uma altura, há sempre.... O poder tem horror ao vazio e, portanto, há sempre alguém que ocupa de maneira que, houve alturas em que eram outros. Portanto, o que é que acontece? Primeiro, esta Proposta de Recomendação... Não é que a Câmara não deva ser criticada, a Câmara pode ser criticada com certeza, é para isso que estamos aqui. Mal seria, se todos estivéssemos de acordo. Mas são feitos... Uma coisa é a crítica, outra coisa são juízos de valor que são feitos e esta moção, além do mais, fala em “...gestão do arvoredo urbano, destinado a proteger as árvores de intervenções danosas, tais como podas e desbastes efetuados de forma desregrada e nociva. Passou assim a existir a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais”. Ora bem, claro que passou a existir e a Câmara Municipal, como qualquer outra Câmara, cumpre. É a Recomendação da Coligação Evoluir que vai determinar a elaboração agora do Regulamento? Vamos lá ver, isto é puro oportunismo. Mais: gestão do património arbóreo. A Câmara já está a fazer a georreferenciação de todo o património arbóreo. É claro... Já está feito? A georreferenciação de todas as árvores? Então estão a ver, já avançou mais do que eu esperava. Portanto, começámos e, como calculam, não iniciámos a georreferenciação do património arbóreo com a lei cinquenta e nove de dois mil e vinte e um. -----

----- Na verdade, pioneiros nós já somos. Vocês é que não querem ver. Somos o Município que tem mais prémios na área ambiental a nível nacional. Eu tenho que estar sempre a falar nisto: somos o Município com mais prémios ambientais a nível nacional. Sabem que, antigamente, esta coisa do ambiente era “verde por fora e vermelho por dentro”, mas, isso agora, meus Senhores e minhas Senhoras, acabou. Aliás, foi por culpa de alguns partidos, designadamente do PS e do PSD que, num determinado momento, deixaram que alguém ocupasse esse espaço, porque desde o Ribeiro Telles, ao Carlos Pimenta e outros (o Macário Correia) e, portanto, o problema do ambiente sempre foi defesa e estava na agenda, quer do

Partido Socialista, quer do Partido Social Democrata. Depois, os “ditos verdes” foram-se apropriando, os partidos mais à Esquerda, da Extrema Esquerda e tal, vêm com essa agenda que tinha por trás sempre uma agenda ideológica e é bom nós falarmos nisso. Ora bem, hoje em dia, de facto, o ambiente é transversal e, portanto, não há força política, com um mínimo de dignidade na defesa dos interesses das pessoas e do planeta, que não possa estar do lado de quem defende o ambiente e há muitas formas de defender o ambiente e a paisagem. -----

-----Portanto, estes toques oportunistas de alguns partidos dizerem: “Bom, a Câmara está a fazer isto...”, eu já vi isto muitas vezes. A Câmara inicia um processo qualquer, um estudo, sabem que a Câmara está a fazer, vão recomendar, que é para depois dizerem: “Olhem, isto foi feito por nossa recomendação”. A política já não é assim. A política não se pode fazer assim. A política tem que ter mais densidade e é isso que vos recomendo. -----

-----Depois, reparem, fazem já... até vão além da lei: “A erradicação imediata das podas de rolagem entre outras por não constituírem boas práticas, de acordo com a lei”. Não é verdade, não conhecem a lei. A poda de rolagem, não sei se a Senhora Deputada Monica Albuquerque (EO) sabe o que é. Se quiser explicar eu agradeço, estou sempre a aprender. Então em podas, como eu próprio me considero um especialista em podas, fico sempre agradado, tenho sempre uma disponibilidade extraordinária para discutir com quem percebe de podas (mais do que eu, claro). Com quem perceba de podas mais do que eu. As podas de rolagem não estão proibidas na lei. É preciso saber bem o que são as podas de rolagem. Li a lei de fio a pavio ainda não tinha saído, ainda não tinha sido promulgada.-----

-----Esta visão catastrofista que faz com que, por exemplo, ou fez, com que por exemplo, dissessem que estavam a ser decepados os lóðãos aqui ao lado da Assembleia, aqui deste lado, na Rua Francisco Sá Carneiro ou na Rua de Santo António de Tercena, com os plátanos e com os lóðãos e agora vão lá ver. Aliás, por outro lado, é interessante, em toda a Europa essa poda de rolagem é feita, nas grandes capitais. Tudo o que são árvores de alinhamento em avenidas, etc. é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

isso tipo de poda. É uma coisa estranha. Agarram isto e parece que não desgrudam, querem “escarafunchar”. Ora bem, tudo o que aqui está nesta Recomendação a Câmara já está a fazer, portanto, é de facto uma inutilidade e acho que o bom senso deve recomendar que esta Proposta seja rejeitada.” -----

3.3.6. VOTAÇÃO - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO ARVOREDO MUNICIPAL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com sete abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), duas da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e com oito votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes

Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----O Senhor Deputado José Maria Godinho Montezo do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 44/2022** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA AO ARVOREDO MUNICIPAL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, com sete abstenções, sendo três do Partido Social Democrata, duas da Coligação Democrática Unitária, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega e com oito votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.3.6.1. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Votei contra porque entendi que esta Proposta de Recomendação, intencionalmente, tem o fim único de recomendar à Câmara a erradicação imediata das podas de rolagem. É feio,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

muito feio. Isto é a Extrema Esquerda a funcionar, isto é o Grupo Evoluir a trabalhar.-----
----- Lamentável.” -----

3.3.6.2. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O PSD absteve-se nesta Proposta na medida em que as preocupações ambientais são, desde há muito, algo que o PSD cultivava (pelo menos desde o Secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta, provavelmente o Evoluir nem sabe quem é) e não poderia, realmente, ter outra posição, embora não pudesse votar favoravelmente a mesma, na medida em que alguns dos pontos aqui enunciados são, manifestamente injustificados, nomeadamente o ponto dois como já foi aqui claramente explicado pelos técnicos da Câmara. Provavelmente, os proponentes deste documento não estiveram presentes porque, seguramente, se assim fosse, não teriam trazido à colação este ponto dois. Portanto, o nosso sentido de voto justifica-se por isto.” -----

3.4. VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA -----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar referido em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Fábio Guerra morreu na sequência das agressões que sofreu à porta da discoteca da capital, na madrugada de sábado. -----

----- O Partido Chega sugere um minuto de silêncio em homenagem ao Agente da PSP Fábio Guerra, bem como ao Corpo da PSP, reiterando a necessidade de criar as condições necessárias para que as forças policiais vejam restaurada a sua autoridade e, assim, a dignidade na prossecução da missão de proteger os cidadãos. -----

----- Agradecemos que seja dado conhecimento ao Comando Geral da PSP, à Esquadra da PSP em Alfragide e à Assembleia da República.” -----

----- Tenho outro Voto de Pesar que passarei a ler a seguir, mas ponho à votação este. -----

-----Faça favor.”-----

3.4.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para dizer que não tenho gosto nenhum em tomar a palavra em relação a um Voto de Pesar, mas, aqui, sinto-me mesmo compelido a fazê-lo. O pesar pela morte do agente da PSP, Fábio Guerra, entendemos que deve unir toda esta Assembleia Municipal mas, infelizmente, o que aqui se passa neste Voto é que ele vai um pouco mais longe e tece algumas considerações sobre as forças policiais e sobre o estado das forças policiais que nós podemos discordar, podemos considerar até que são populistas mas, o meu ponto aqui, é que são desnecessárias neste Voto de Pesar. Portanto, nós gostaríamos de propor duas alterações à formulação do Voto e colocá-las à consideração da Senhora Deputada em substituição do Chega, que passariam por substituir a palavra “criar” em “reiterando a necessidade de criar” pela palavra “assegurar” passando então a ler-se “reiterando a necessidade de assegurar” e eliminado a parte “vejam restaurada a sua autoridade e assim” passando, então, a ler-se “para que as forças policiais tenham dignidade na prossecução da missão de proteger os cidadãos”.-----

-----Achamos que, assim, fica um “bocadinho” mais dirimida esta questão, que vai para além do pesar, ao qual, repito, nós obviamente nos associamos, enquanto Grupo Político Evoluir Oeiras.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.4.2. A Senhora Deputada Carla Santos (CH) interveio o disse o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta proposta de alteração, feita pelo Partido Evoluir, o Partido Chega não concorda, aceitando que “a necessidade de criar as condições necessárias para que as forças policiais vejam restaurada a sua autoridade” é necessário, mesmo, efetivamente “criar”. Neste momento não é “assegurar”, uma vez que não existem quaisquer condições para que estes polícias, hoje em dia, possam exercer a sua profissão em segurança. Portanto, não aceito a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

proposta feita pelo Evoluir.”-----

3.4.3. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer que o Partido Socialista se associa ao pedido de alteração do texto, para o poder votar favoravelmente.”-----

3.4.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:-----

----- “Exatamente, Senhora Presidente.-----

----- Aliás, eu iria mais longe, acho que se a moção é um Voto de Pesar ao agente da PSP Fábio Ferreira, a proposta de moção deveria terminar exatamente neste ponto.-----

----- Na minha opinião, deveria ser retirado todo o texto, neste parágrafo, a seguir a “bem como ao corpo da PSP”.”-----

3.4.5. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Exatamente no mesmo sentido do que a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) acabou de dizer. Nós também subscrevemos o pedido de alterações que o Grupo Político Evoluir Oeiras apresentou, de forma a nos ser possível votar favoravelmente este Voto de Pesar. -------

----- Quería só deixar esta referência também.-----

----- Obrigada.”-----

3.4.6. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- O PSD entende que, de facto, politizar um Voto de Pesar é, no mínimo, grave, tanto mais que, depois, quem nos está a ouvir ficaria espantado porque é que um dos votos, provavelmente, vai ser aprovado e o outro vai ser rejeitado.-----

----- Nós associamo-nos àquilo que já foi proposto e, conseqüentemente, convidamos o

Chega, sob pena de votarmos contra este Voto, a alterar o texto.” -----

3.4.7. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, ainda que considere que a questão da necessidade de criação de condições, para além daquelas que existem, para reforço da autoridade das forças policiais continua a ser precisa e necessária (e cada vez vai ser mais), julgo que, como já aqui foi dito, confundir um Voto de Pesar com uma manifestação ou com uma tomada de posição que é política e que vai para além deste facto, acho que não é o sítio correto.-----

-----Portanto acho, com toda a franqueza, que desta Assembleia deveria sair um Voto consensual, todos estamos de acordo, julgo eu, no essencial e, portanto, também eu pedia ao Chega que consensualizasse a sua posição no sentido de que este Voto de Pesar fosse de toda a câmara e não só do partido A ou do B. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.4.8. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A CDU também acompanha este pedido de alteração, saudando esta noção de que um Voto de Pesar não se deve confundir com uma posição política que, mais do que unir, vai dividir, certamente, as nossas posições. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.4.9. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Temos outro Voto de Pesar também, mas volto a perguntar à Senhora Deputada do Chega se aceita as sugestões que foram feitas ou se mantém a sua posição de manter inalterado o texto que apresentou? -----

3.4.10. A Senhora Deputada Carla Santos (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, uma vez que o que está aqui em causa e o que é importante é prestar homenagem ao agente da PSP que foi ferido, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

espancado, acabando por falecer, o Chega aceita as alterações. -----
----- Não há qualquer intenção política aqui. Não há, ao contrário do que querem fazer
crer.” -----

3.4.11. A Senhora Presidente da A.M. solicitou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Tomás, não se importa de repetir as suas sugestões; que foram:
“Em vez da necessidade de criar...”.” -----

3.4.12. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) respondeu o seguinte: -----

----- “Seria substituir a palavra “criar” por “assegurar” e riscar o que vem a seguir a
“forças policiais”, ou seja, “vejam restaurada a sua autoridade e, assim...” e, portanto, a frase
passaria a ler-se “para que as forças policiais tenham dignidade na prossecução da missão de
proteger os cidadãos”. -----

----- Já agora, e também agradecendo aqui uma nota, se calhar, seria cordial, também, da
parte da Assembleia Municipal endereçar o voto à família do agente por sugestão aqui da minha
colega.” -----

3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN -----

----- “Temos um outro Voto de Pesar apresentado pelo PAN, que passo a ler. -----

----- Penso que podemos votar depois, em conjunto, os dois Votos de Pesar e fazer um
minuto de silêncio. -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar referido em título, que a seguir
se transcreve: -----

----- “No dia dezanove de março pelas seis e trinta, na Avenida vinte e quatro de Julho em
Lisboa, Fábio Micael Serra Guerra, Polícia da PSP desde dois mil e dezanove, ainda que se
encontrasse fora de serviço, não hesitou em intervir de forma a tentar cessar violentas agressões
que ocorriam entre várias pessoas no exterior de uma discoteca. -----

-----Fábio Guerra estava acompanhado de outros camaradas, que tal como ele, também se encontravam fora de serviço.-----

-----Ao tentarem travar as agressões, foram também eles agredidos, não tendo Fábio Guerra resistido à gravidade das lesões cerebrais de que foi vítima, vindo a falecer no passado dia vinte e um de março, na flor dos seus vinte e seis anos de idade.-----

-----Fábio Guerra honrou até às últimas consequências a sua condição policial e o lema "dar a vida, se preciso for".-----

-----Para o PAN Pessoas - Animais - Natureza, a violência nunca é justificável, pelo que repudiamos veemente esta conduta e propomos que a Assembleia Municipal de Oeiras, delibere:

-----Um. Prestar homenagem com um minuto de silêncio;-----

-----Dois. Dar conhecimento deste voto à sua família, à Direção Nacional da PSP e à sexagésima quarta Esquadra da PSP de Alfragide, expressando as nossas condolências e profundo pesar pela sua perda.”-----

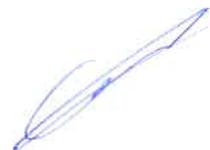
3.6. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Queria, sobretudo... porque não percebi qual é a dimensão do corte que o Chega faz no seu documento.-----

-----Começaria por expressar aqui os maiores encómios ao Voto do PAN, acho que está bem organizado.-----

-----O problema muitas vezes das moções e é por isso que, quer o Executivo, quer a Assembleia Municipal temos de estar atentos porque, muitas vezes, a moção tem um determinado texto que parece ter um objetivo e um sentido, mas não é nada disso, quer atingir outros objetivos. É a razão porque esta coisa das moções serem apresentadas no próprio dia da Assembleia Municipal.... e, portanto, há sempre aqui alguma precipitação. Sempre defendi que as moções deviam ser apresentadas com alguma antecedência, a não ser um voto de pesar, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

certeza, um voto de pesar tem a oportunidade do momento. -----

----- É indiscutível que, muitas vezes, moções, recomendações, etc., aquilo que parece ser o objetivo, não tem nada a ver com a redação. Qual é o problema aqui? A proposta do PAN, o Voto de Pesar do PAN claro que pode ser um voto de pesar simples, simplificado. Faleceu fulano tal, tinha uma profissão de risco, de alguma forma arriscava a vida por nós, pela nossa segurança, foi morto nestas circunstâncias... um voto de pesar. Absolutamente inócuo, é a questão humana, que está aqui em causa. -----

----- Agora, a proposta do Chega, tem aqui uma situação complicada e é isso que eu queria saber o que é que retiraram, o que é que se propõem retirar. “Reiterando a necessidade de criar as condições necessárias para que as forças policiais vejam restaurada a sua autoridade e, assim, a dignidade na prossecução da missão de proteger os cidadãos.” O problema é este: a função policial, como a do bombeiro, mas a da polícia, é uma profissão de grande risco, de elevado risco e, naturalmente, sejam quais forem as condições.... Aliás, em ditadura, não deixam de não morrer, provavelmente, mais do que em democracia, vamos lá ver se nos entendemos. ----

----- Esta coisa de “criar condições”, sem dizer quais as condições... “Criar condições” é o quê? Restringir os direitos dos cidadãos? É o quê? É dar mais liberdade à polícia para “descarregar” em circunstâncias determinadas? É criar condições para que haja uma função mais autoritária, mais securitária, por parte das forças de segurança? Ora bem, é nisto que esta proposta é equívoca e, portanto, sendo equívoca, aquilo que me parecia que estaria bem seria: “O Partido Chega sugere um minuto de silêncio em homenagem ao Agente da PSP Fábio Guerra, bem como ao Corpo da PSP” e terminava aqui. Não sei se é outra... é isto? Pronto, se for isso...”

----- A Senhora Deputada Carla Santos (CH) esclareceu o seguinte: -----

----- “É apenas homenagear a pessoa que faleceu, independentemente... mais nada. Qualquer intenção política, não existe aqui.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo: -----

-----“Muito bem, se for isso, inteiramente... -----

-----Mas compreenda...” -----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** observou o seguinte:-----

-----“Compreendo...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo:-----

-----“Compreenda que há sempre um certo preconceito a haver... Em relação ao Chega, propostas que cheguem no sentido da segurança, do aumento da segurança, etc. pensa-se logo... Não é...”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Pois, há logo intenção de pensar, ainda por cima vem daqui, é normal, não é?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Portanto, é preciso ser muito sofisticado... -----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Vem daqui, é logo... -----

-----Não há problema, o problema é a homenagem que se faz.”-----

3.7. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Meus Senhores, penso que o Voto de Pesar apresentado pelo Partido Chega deveria ficar... Portanto, o seu segundo parágrafo, eu leria com as alterações que considero: “O Partido Chega sugere um minuto de silêncio em homenagem ao Agente da PSP Fábio Guerra, bem como ao Corpo da PSP, reiterando a necessidade de assegurar...” Não? Terminando aqui? Terminando em PSP? Portanto, terminando em PSP.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** observou o seguinte:-----

-----“Apenas para ficar registado, nós concordamos com a alteração proposta pelo Senhor Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo:-----

----- “E, depois: “Agradecemos que seja dado conhecimento ao Comando Geral da PSP, à Esquadra da PSP em Alfragide e à Assembleia da República”, e eu acrescentaria “e à família”. --

3.8. VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA – VERSÃO FINAL -----

----- “Fábio Guerra morreu na sequência das agressões que sofreu à porta da discoteca da capital, na madrugada de sábado.-----

----- O Partido Chega sugere um minuto de silêncio em homenagem ao Agente da PSP Fábio Guerra, bem como ao Corpo da PSP.-----

----- Agradecemos que seja dado conhecimento à família, ao Comando Geral da PSP, à Esquadra da PSP em Alfragide e à Assembleia da República.”-----

3.8.1. VOTAÇÃO - VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva

Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----O Senhor Deputado José Maria Godinho Montezo do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 45/2022** -----

-----**VOTO DE PESAR EM HOMENAGEM AO AGENTE DA PSP FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CHEGA** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Inovar Porto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Salvo, aprovar um Voto de Pesar fazendo um minuto de silêncio em homenagem ao Agente da PSP Fábio Guerra, bem como ao corpo da PSP, e ainda dar conhecimento deste documento à Família, ao Comando Geral da PSP, à Esquadra da PSP em Alfragide e à Assembleia da República. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.9. VOTAÇÃO - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do

Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----O Senhor Deputado José Maria Godinho Montezo do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 46/2022** -----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FÁBIO GUERRA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar fazendo um minuto de silêncio em homenagem ao Agente da PSP Fábio Guerra, bem como dar conhecimento deste documento à sua família, à Direção Nacional da PSP e à sexagésima quarta Esquadra da PSP de Alfragide. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a Fábio Guerra -----

3.10. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas duas pequenas intervenções. -----

----- Uma primeira para, enfim, na sequência do resultado das avaliações das... Não? Penso que sim, tenho ideia que o som hoje está um pouco mais difícil, mas tentarei falar um pouco mais próximo do microfone. -----

----- Sobre o resultado das avaliações das candidaturas à Capital Europeia da Cultura, naturalmente a CDU lamenta que Oeiras não tenha progredido para a última fase mas, queremos deixar e manifestar, no fundo, o nosso apreço pelo esforço empreendido pelo Município nesta candidatura, reconhecendo que constituiu um progresso importante do ponto de vista por um lado, do diagnóstico da realidade cultural do Concelho, na construção de projetos diversificados para o futuro e, também, de envolvimento de vários atores. Naturalmente, queremos manifestar o nosso apoio na continuação deste projeto sob outros figurinos, mas que, naturalmente, esperemos que também possa constituir um pilar da ação política da Câmara Municipal de Oeiras e sobretudo, também, naquela relação mais próxima das populações, da diversificação e da descentralização da produção cultural para os vários sectores e territórios do nosso Município, portanto, um sentido de solidariedade partilhado e coletivo neste projeto. -----

----- Uma segunda nota apenas também de agradecimento pela resposta dada pelos funcionários, pelas equipas do Município, relativamente ao Requerimento que apresentámos em matéria de ordenamento do território e de urbanismo. São matérias que nos preocupam e que, naturalmente, vamos acompanhar, também, dando resposta a algumas preocupações colocadas por munícipes, mas, numa forma mais geral, sei que a resposta foi partilhada pelos vários Grupos Municipais e, portanto, salientar e saudar a Câmara por esse esforço e pelo esforço concreto dos técnicos envolvidos. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.11. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----No passado dia catorze de março realizou-se, neste auditório, uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Juventude. Foi um plenário bastante participado, onde assistimos ao levantamento de algumas preocupações trazidas pelos representantes das associações de estudantes do ensino secundário, em particular das escolas Amélia Rey Colaço e da Aquilino Ribeiro.-----

-----No meio de alguns alertas sobre o estado de desgaste e degradação de parte do parque escolar, inquietações sobre a desorganização dos seus agrupamentos e a falta de contacto das direções com as associações de estudantes, foi também referido que estaria a ser cobrada em algumas escolas secundárias do Concelho uma taxa ou propina aos alunos com mais de dezoito anos no valor de sete euros e meio (além dos seis euros e meio de seguro escolar), o que a nosso ver é manifestamente injusto e vai contra o direito ao ensino gratuito e à igualdade de oportunidades que, enquanto democratas, tanto valorizamos. -----

-----Na reunião, o Senhor Vereador Pedro Patacho indicou não saber de que taxa se tratava, e deu a sua palavra aos representantes das associações de estudantes que iria averiguar. Pergunto, assim, se o Executivo conhece o objetivo da cobrança desta taxa e se, de facto, é cobrada pelo Município, como um dos alunos referiu.” -----

3.12. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----O Município de Oeiras elaborou um plano de apoio aos refugiados da Ucrânia implementando respostas sociais extraordinárias, de modo a dar resposta às situações de vulnerabilidade das famílias que chegam até nós, que chegam a Portugal, nomeadamente ao Concelho de Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Assim, o Município criou uma linha de apoio, criou um endereço eletrónico para colocação de questões e pedidos de informação sobre o acolhimento de refugiados em Oeiras, um endereço eletrónico para manifestações de interesse a nível de voluntariado e para apoio ao processo de recolha e armazenamento de bens e disponibilizará alojamento, mediante a sinalização ao Município por parte do Alto Comissariado para as Migrações. Foi feita uma avaliação diagnóstica por parte da equipa de intervenção de acompanhamento social do Município, no sentido de ativar todos os recursos necessários para acesso a bens essenciais, acesso à ação social, acesso à educação (nomeadamente aos equipamentos pré-escolares e escolares e aos cursos de língua portuguesa para estrangeiros), acesso à formação profissional, emprego e, muito importante, os processos de certificação de competências e acesso à saúde. ----

----- Relativamente à recolha de bens, as entidades e a sociedade civil estão a proceder à entrega dos bens nas Juntas de Freguesia e dizer que, no passado dia dez de março, foram enviados em camião TIR cerca de setenta toneladas de bens alimentares, produtos de higiene, medicamentos e material de primeiros socorros. -----

----- Para as famílias que não dispõem de estatuto de refugiado, também para elas há um encaminhamento para o balcão de apoio social do Município de Oeiras para informações e, eventualmente, eventuais encaminhamentos. Acrescentar ainda que os animais que chegarem são vistos pelo veterinário municipal e vacinados contra a raiva, uma vez que esta vacina não é obrigatória na Ucrânia. -----

----- Os quartéis de bombeiros de Oeiras irão, temporariamente, deixar de tocar as suas sirenes. Esta iniciativa foi tomada, percebendo que alguns dos refugiados acolhidos pelo Município (nomeadamente as crianças), apresentaram sintomas pós-traumáticos com o barulho das mesmas e as memórias que estas invocam. -----

----- Uma palavra aos funcionários e à sociedade civil oeirense, que se tem mobilizado em massa no apoio aos refugiados ucranianos, no sentido de os fazer sentir em casa e em

segurança.” -----

3.13. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte: ---

-----“No passado dia onze de março, reuniu o júri que avaliou as candidaturas à Capital Europeia da Cultura.-----

-----Oeiras fez o que lhe competia. Estruturou um projeto. Garantiu os instrumentos e os recursos humanos para preparar a candidatura. Estudou. Analisou. Discutiui de forma aberta com a sociedade civil e avançou. Foram muitas as horas de trabalho da equipa de missão, constituída para o efeito. Muitas horas, mas, acima de tudo, muita dedicação. -----

-----É verdade que tínhamos mais expetativas? E que todos queriam hoje dar vivas à equipa e ao Município? Sim. É verdade! Mas também é verdade que hoje é o dia de começar por agradecer o esforço, a dedicação, a entrega à causa pública de todos e de todas que se envolveram nesta viagem, neste esforço conjunto de procurar um caminho, uma estratégia que acreditamos ser o início de uma mudança positiva para Oeiras. -----

-----Esta candidatura, assim como as restantes, trazem aos territórios coesão nas políticas públicas estabelecidas. Não podemos, pois, deixar de felicitar também: Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Ponta Delgada, Viana do Castelo e Vila Real. Estas cidades, tal como Oeiras, prepararam-se para serem montras para toda a Europa da atividade cultural, reabilitando e dinamizando património português tão rico, quanto tão variado.-----

-----O nosso orgulho, em todas as candidaturas a Capital Europeia da Cultura, é imenso. Reforça o que sempre defendemos: os municípios têm um papel fundamental, no desenvolvimento territorial. É a prova que a descentralização é, também, a garantia de uma cidadania ativa, participada e, acima de tudo, inclusiva.-----

-----Oeiras desenhou uma estratégia cultural que pretende estabelecer relações entre a cultura e todas as áreas de atuação do Município. Estabeleceram-se, pois, os eixos do ecossistema urbano; da capital da poesia e das culturas de língua portuguesa; da capital das artes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e criatividade; da capital das heranças culturais e da capital do património marítimo. -----

----- Agora, e independentemente do resultado não ser o que todos os Oeirenses sonharam, nem o que a equipa de missão esperaria, compete-nos garantir que o Município mantém os objetivos definidos de requalificação de equipamentos e do património, dando-lhes nova vida, nova função. -----

----- Apelamos, assim, à manutenção das parcerias nacionais, europeias e internacionais que abriram portas a projetos inovadores e que podem, num futuro próximo, promover Oeiras em áreas diferenciadas e diferenciadoras deste território. -----

----- Acreditamos que toda a estratégia desenhada permitirá estabelecer novas pontes no relacionamento com os artistas e agentes culturais, mas também com a sociedade civil que, como temos vindo a defender, é o ponto central de uma comunidade mais literata, mais estimulada e, acima de tudo, mais participativa, verdadeiramente construtora de uma comunidade democraticamente mais consolidada e mais conhecedora dos seus direitos, mas também dos seus deveres. --- -----

----- Oeiras começa agora um novo desafio! E a esta câmara só compete apoiar, criticar e promover o que agora pode ser um verdadeiro impulso no olhar e no fazer da Cultura em Oeiras.” --- -----

3.14. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Não podia deixar de usar da palavra neste momento, justamente, porque foi dado o mote a propósito da Capital Europeia da Cultura e a questão da política para os refugiados da Ucrânia. --- -----

----- Em relação à Capital Europeia da Cultura, acho que todos...ou pelo menos me dão essa... conhecem isso, sou um bocado, bastante realista e sou muito pragmático. Nunca tive (aliás não é a primeira vez que o digo aqui) ilusões em relação à Capital Europeia da Cultura. Sempre

achei que as cidades que estariam predestinadas (as minhas favoritas, digamos assim), era a Guarda, Coimbra, Évora e Ponta Delgada. Era uma destas quatro. Achava isso, e disse-o aqui na Assembleia Municipal que compreendia que, se houvesse influência do Governo (mas ao que parece até nem há, acho que o júri tem uma certa independência), que a Capital Europeia da Cultura na Guarda, em Coimbra ou Évora seria, de facto, uma alavanca importante. Não seria o caso de Oeiras e, portanto, não me surpreendeu nem sequer ficarmos na “short list”. Portanto, ficaram quatro, não é? Uma no norte (Braga), uma no centro (Aveiro), outra no sul (Évora) e uma outra em Ponta Delgada, nos Açores. Se tivesse que jogar no totoloto, agora achava que era Ponta Delgada, até porque já foram três aqui no continente (Lisboa, Porto e Guimarães) e é altura de ir para as regiões autónomas. -----

-----Mas impõe-se aqui, realmente, secundando a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), um especial reconhecimento a toda a equipa que preparou a nossa candidatura, na pessoa do Comissário Jorge Barreto Xavier. Devo dizer-vos que acho que foi feito um excelente trabalho, os temas foram bem escolhidos, tínhamos matéria-prima e tínhamos conteúdo e, naturalmente que, depois do esforço que fizemos ao longo dos últimos anos no sentido de obtermos para o Município a gestão de grandes patrimónios como são a Quinta de Cima do Palácio do Marquês ou a Quinta da Cartuxa e, para verem o esforço em termos de recuperação que está a ser feito, basta passar agora junto ao Palácio do Marquês e já se começa a ver o efeito da recuperação que se está a fazer. Portanto, mal seria se, com todo este esforço, não procurássemos valorizá-lo e que melhor forma de o valorizar, do ponto de vista mediático, do ponto de vista da opinião pública, do que através da candidatura da Capital Europeia da Cultura. Mas sempre dissemos, também, (e acho que isso é realmente muito importante) que, vencêssemos ou não esta candidatura, que o nosso objetivo era levar por diante, num contexto da marca “Oeiras dois mil e vinte e sete” aquilo que são os projetos marcantes da candidatura, sejam salas de espetáculos ou auditórios, centro de congressos, as intervenções na Quinta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cima, na Cartuxa, o Centro de Arte Contemporânea na Cartuxa, o centro de artes no Intermarché e, portanto, há um conjunto de equipamentos que estão determinados. Obviamente que não vamos ter, nem fazia sentido, uma programação cultural específica em dois mil e vinte e sete. A programação cultural será aquela que decorre da nossa atividade cultural normal, acrescida à medida que a disponibilidade dos equipamentos se verificar. Por exemplo, dentro de dois anos, ficamos com o Centro Cultural de Barcarena concluído. Em Barcarena, é verdade, o Centro Cultural de Barcarena. A Casa dos Cientistas ficará pronta no final do próximo ano, aqui na Quinta dos Sete Castelos. Não temos um prazo, ainda, definitivo, para a conclusão do Centro Cultural de Linda-a-Velha ou do Centro de Congressos e Feiras e Exposições, aqui de Paço de Arcos. Todos esses equipamentos eram equipamentos que já estavam predestinados ao desenvolvimento de atividade cultural, no âmbito da Capital Europeia da Cultura. Portanto, tudo isso se vai fazer e, digamos que a candidatura foi um momento de concentração de esforços, de ajuntamento de pessoas que pensaram de uma forma global o Concelho na sua dimensão cultural e, naturalmente que estes cinco anos que aí vêm irão ser transformadores, relativamente àquilo que é a vida cultural do nosso Município sendo que se traduzirá numa espécie de salto qualitativo, não só quantitativo mas também qualitativo, numa dimensão metropolitana.-----

----- Naturalmente, os produtos culturais, os hábitos culturais de Oeiras, considerando a dimensão sociológica da nossa população, não podemos pensar que é apenas para as pessoas de Oeiras. Nós estamos inseridos na Área Metropolitana de Lisboa, na capital e, portanto, cada vez mais se deve disputar, de uma forma concorrencial saudável, produtos culturais em Lisboa, em Oeiras, em Cascais, em Sintra, por aí fora.-----

----- Aliás, devo dizer-vos, conseguimos, houve algumas conquistas importantes nesta candidatura. É que, do ponto de vista cultural, foi a primeira vez que conseguimos juntar os dezassete municípios da Área Metropolitana de Lisboa, num projeto comum porque estavam.... Impõe-se um reconhecimento especial a todos esses municípios, porque não é fácil agregar,

nestas áreas, tantos municípios aqui da Área Metropolitana de Lisboa. Todos eles manifestaram o seu apoio à candidatura numa reunião que tivemos ali no forte de São João da Barra e foi, realmente, muito estimulante, mesmo para a equipa que estava a preparar a candidatura. Portanto, não vencemos..., mas também não perdemos. Era preciso ter a expectativa.... -----

-----Além disso, éramos os únicos que não era capital de distrito. Vamos lá ver, houve aqui alguma ousadia em Oeiras apresentar esta candidatura. Acontece que essa ousadia decorre da certeza que nós temos, dos equipamentos e dos recursos, dos programas e conteúdos que estão à nossa disposição nos próximos anos. O que importa é agora não deixar, digamos “morrer” este entusiasmo porque, curiosamente, nos meios urbanos.... Sabem, é muito fácil, numa cidade como a Guarda ou mesmo Coimbra, mobilizar as pessoas num determinado projeto. Em meios urbanos, como Oeiras, é mais difícil. A verdade é que houve um sentimento extraordinário porque as pessoas, as empresas, designadamente, queriam saber coisas sobre a Capital Europeia da Cultura, o que significa que temos todas as condições para levar este projeto (noutra dimensão, naturalmente) por diante. -----

-----Finalmente, a questão dos refugiados. Espero enviar uma proposta, uma proposta não, uma informação... Já lá tenho essa informação, não tenho? Houve aqui um lapso meu, já podia ter enviado, mas vou enviar uma informação à Assembleia Municipal sobre o que temos feito nesta área dos refugiados. Como na COVID e noutras circunstâncias, a nossa perspetiva é que, em matéria de solidariedade e apoio humanitário, o que é importante é fazer chegar as coisas às pessoas, que cheguem lá e não, propriamente, a propaganda. -----

-----Devo dizer-vos o seguinte: recuso, sinceramente, liminarmente... Não me revejo, por exemplo, não me revi, mas, com certeza, gosto muito dele até, do nosso Presidente da República, mas, “não há bela sem senão”. Aquelas imagens, a mim, chocaram-me. As imagens do Senhor Presidente da República a visitar o centro de acolhimento em Lisboa com cem camas, a meio metro de distância umas das outras, sem qualquer privacidade, sem nada.... Compreendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

coisas dessas possam acontecer na Polónia, na Roménia, quando as pessoas estão a fugir da Ucrânia, logo na fronteira e possam ter, com certeza, essas condições. Agora, a dois mil e quinhentos quilómetros de distância, não faz sentido. Nós temos de tratar as pessoas com dignidade e, portanto, aqui em Oeiras, as famílias ucranianas serão recebidas todas em apartamentos. E é isso que estamos... já temos.... Temos uma só ainda, não? Temos uma família. Já temos mais? Mais duas. Então é assim: começámos com uma família, uma mãe com três filhas menores e chegaram, entretanto, mais duas famílias. Nós disponibilizámo-nos para vinte no imediato, até cem, no curto prazo e poderíamos ultrapassar as cem famílias, mas, aí, em articulação com o Governo. Também vos quero garantir que nós não vamos buscar refugiados a lado nenhum. Nós recebemos os refugiados que chegam a Portugal pela mão do Comissariado para as Migrações. Também recuso ir com um autocarro ou outra coisa qualquer à Ucrânia, meter os refugiados no autocarro e, depois, chegar a Portugal (como já vi alguns casos por iniciativa de câmaras municipais) ... “Agora, se houver câmaras que queiram receber estes refugiados...”. Não é assim. Não se pode criar essa expectativa nas pessoas, na família, que está sob uma pressão tremenda da guerra e, depois, ainda se vai acrescer esta insegurança a dois mil e tal quilómetros de distância. Portanto, as famílias que nós recebemos... como digo, podemos ultrapassar as cem, no caso de o Governo se envolver nisso. Estamos a preparar apartamentos para esse efeito e, se não estou em erro, teremos perto de quarenta, mais ou menos. Quarenta apartamentos, se fizermos uma média de quatro pessoas por apartamento, já estamos a falar em cento e sessenta pessoas. -----

----- Quanto ao apoio humanitário, também tem duas dimensões, organizados com os bombeiros e com uma associação ucraniana. Já seguiram uns tantos camiões, mas ninguém ouviu falar nisso, pois não? Mas todos os dias há notícias... Já falaram? Bom, está bem, eu não ouvi. Então, quantos camiões é que já saíram? Três camiões. Por outro lado, estabelecemos um contacto com Straseni é um município que tem uma, não sei bem se é uma gemação... é uma

geminção. Tem um acordo conosco, mas, durante muitos anos a coisa esteve... aliás, só há pouco tempo soube que era geminção. É na Moldávia. Como saberão, a Moldávia é um dos países que está a sofrer mais, porque já não tem capacidade para receber refugiados e, portanto, falámos com a Presidente da Câmara e ela, o que nos pediu, acho que foram lençóis, medicamentos, colchões e bens alimentares não perecíveis. Estamos já a montar uma operação com a embaixada, naturalmente, para dirigir não à Ucrânia diretamente, mas para dirigir à Moldávia. Já seguiram algumas dezenas de toneladas, para aí setenta toneladas para a Ucrânia e irá seguir então um camião com estes produtos para a Moldávia.-----

-----No que diz respeito às famílias de refugiados nós trabalhamos articuladamente com o Governo. Nós não recebemos refugiados que não nos sejam recomendados (ou seja, encaminhados) pelo Governo. Tem uma série de requisitos... Porque a dada altura, ainda ontem, vi uma reportagem na televisão de uma senhora que estava encantada porque chegou aqui, arranjaram-lhe uma casa, mas a casa é só por quinze dias. Portanto, daqui a quinze dias tem que deixar a casa. Isto pode ser uma situação que vai durar, pelo menos um ano, um ano e meio e nós temos que criar essas condições. As famílias que recebermos são recebidas nestas condições e, portanto, estamos a trabalhar nestas duas dimensões: alojamento... não só alojamento, mas também, apoio alimentar, apoio em vestuário, enfim, naquilo que, no fundo, constitui a vida normal de uma família.-----

-----Resta-me expressar aqui um reconhecimento à população de Oeiras, do nosso Concelho, que tem tido, nesse aspeto, uma disponibilidade extraordinária. porque estou a falar aqui naquilo que foi organizado e foi enviado por iniciativa da Câmara Municipal, mas, a verdade é que saem deste Concelho camiões através de organizações não governamentais, etc., portanto significa que, realmente, há uma capacidade de dádiva extraordinária e, portanto, isso não pode deixar de.... Obviamente que, daqui se calhar a meio ano, já não será assim. Mas é natural.... pronto. Mas, para já, há realmente uma grande capacidade de dádiva das pessoas, das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

famílias de Oeiras e acho que faz todo o sentido expressar aqui o seu reconhecimento.-----

----- Porque a verdade é esta: a Democracia, para os mais jovens, que pensavam que tudo isto era consolidado, não é; que o nosso modo de vida, dito ocidental, estava garantido, não está; que o Estado de Direito, com os seus valores e salvaguardas, relativamente àquilo que, no fundo, pode ser considerado o melhor sistema de governo do mundo, também não está e a guerra está aqui, a dois mil quilómetros e não se sabe o que é que vai acontecer. Há uma grande incerteza, há muitas dúvidas, não quero fazer aqui nenhuma análise, mas não restam dúvidas de que esta guerra, além de ser uma guerra injusta, porque é um país que invade outro, veio trazer ao de cima as fragilidades de todo o nosso sistema. Fragilidades na União Europeia, fragilidades na NATO, fragilidades na ONU, fragilidades na correlação de forças internacionais. Afinal, há ou não há uma ordem internacional? Pode ser que venha aí... Portanto, toda esta situação é de muita incerteza, mas, é um drama particularmente para as famílias, para as pessoas, que têm que abandonar as suas casas, o seu património, o seu modo de vida, os seus familiares enfim, todos os dias nos entra.... É a diferença de muitas outras guerras, na segunda guerra mundial, às vezes quinze dias depois, tínhamos a notícia nos jornais ou através da rádio... Hoje não, hoje estamos a ver tudo. -- -----

----- De maneira que vamos continuar. Tivemos a COVID nos últimos dois anos e, portanto, temos de continuar com uma gestão de emergência para aquilo que podem ser as consequências desta guerra não só... falamos nos refugiados, mas não são só os refugiados. São os refugiados, mas são os portugueses também. São os oeirenses também. Os oeirenses enfim... falamos nos oeirenses porque temos uma responsabilidade especial para com os oeirenses, mas, em geral, os portugueses e os países pobres da Europa, todos eles vão sofrer com esta situação, porque é o preço dos alimentos, são os combustíveis, a energia, etc. Portanto, temos de continuar a estar preparados para poder responder àquilo que são as mais urgentes necessidades das pessoas, dos cidadãos do nosso Concelho. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.15. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte:-----

-----“Queria só dizer que, como não obtive resposta à questão que coloquei, vou colocar o requerimento por escrito, se possível.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Nós não sabemos o que é isso, de maneira que o Vereador Pedro Patacho vai recolher essa informação e depois...Não sei se o professor Domingos saberá, é professor... Se a Senhora Presidente lhe der a palavra, poderá já esclarecer. Da parte do Executivo, iremos averiguar.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito bem, então... Não, mas o Senhor Deputado tem a resposta de que a Câmara vai averiguar e, depois, comunicar-lhe-á.”-----

-----O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“Posso só informar porque, enfim, estou dentro da profissão de professor, de que o decreto lei cento e setenta e seis de dois mil e doze isenta os alunos, que estão dentro da escolaridade obrigatória, de emolumentos, de pagamento de seguro escolar e de propinas. Não isenta os outros, pelo que no ano a seguir àquele em que se faz dezoito anos (não no ano em se faz, a não ser que se faça antes de um de setembro), os alunos passam a pagar propinas e seguro. O seguro é indexado todos os anos ao salário mínimo e é receita da DGEST (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares), que é a entidade que paga os óculos partidos, que assegura o pagamento do seguro. As propinas são receita da escola. As propinas são muito antigas e andam à volta de cinquenta cêntimos por disciplina, por trimestre. Julgo que há escolas que ainda cobram, porque são, enfim, receitas das escolas e há escolas que, por ser um valor tão baixo, deixaram de cobrar. O seguro é cobrado porque é receita da DGEST e, portanto, as escolas cobram e enviam para a DGEST.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Já tem a resposta. -----

----- O Senhor Vereador diz que pediu informação do que se passa em todos os agrupamentos de escolas e quando tiver, ser-vos-á comunicado.”-----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 143/2022 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao P.º 13/DRU/21 – Casal da Choca – Construção da Alameda da Zona C – Aprovação de relatório final e adjudicação da empreitada, aprovação da minuta de contrato e alteração orçamental (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Deputada **Sílvia Andrez (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Nós estamos aqui para analisar a alteração orçamental por descabimentação de setenta e sete mil euros, que é a parte que vem a esta Assembleia Municipal, contudo, é referida a aprovação do relatório final e adjudicação da empreitada, aprovação de minuta de contrato e alteração orçamental. -----

----- A empresa que ganhou este concurso é a “SCAMPPIA, Engenharia, Limitada”. O prazo de execução são trezentos e sessenta dias. O valor da adjudicação são setecentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos já com IVA e o calendário de pagamentos é de quase trezentos e quarenta e quatro mil euros em dois mil e vinte e dois e em dois mil e vinte e três, quatrocentos e vinte e nove mil e trezentos euros. -----

----- Gostaria de referir que relativamente a esta matéria e para dar lugar à

descabimentação, o montante cabimentado era de oitocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta euros. -----

-----Relativamente a esta obra, esta contribui para a requalificação do Bairro do Casal da Choca, que compreende a construção de uma estrutura viária com a implantação de várias infraestruturas, englobando também uma ciclovia, duas faixas de rodagem, passeios, estacionamento, espaços verdes, etc., o preço base era de oitocentos e dois mil e quinhentos euros mais IVA e foi adjudicado por setecentos e vinte e nove mil e quinhentos e dez euros mais o IVA, a seis por cento. Não sendo arquiteta, nem engenheira atrevo-me a fazer três notas para consideração: -----

-----Salientar que, nestes projetos deverá ser sempre tido em conta o facto de estarmos a promover o bem-estar das populações, pelo que devemos ter em atenção determinados requisitos que favoreçam esse bem-estar. Nomeadamente, o tamanho dos passeios para os peões circular em segurança, entre outros aspetos que salvaguardem as questões de segurança e mobilidade. ----

-----Nota dois: Pelo que, nestes casos, talvez fosse de implementar uma boa prática na composição dos júris deste tipo de concursos. Foi constatado que este júri foi constituído exclusivamente por arquitetos, contudo, e para uma visão mais holística, poderíamos partir para uma composição multidisciplinar que pudesse incluir outras áreas, como, por exemplo, engenharia. Neste tipo de concursos, convém que não sejam só as visões dos arquitetos, mas também dos engenheiros e porque não também as de juristas, já que isto é um concurso público.

-----Noutros tipos de concurso seria, na nossa perspetiva útil, uma visão mais multidisciplinar, para além de áreas específicas, também pudessem contemplar outras áreas mais abrangentes e pudessem ter umas outras visões que pudessem trazer mais-valia a este tipo de análises que são, como está implícito, análises complexas e exigentes. -----

-----Uma nota final para as questões financeiras. Foi, neste concurso, verificado dezassete candidaturas ou dezassete candidatos, onze não apresentaram proposta por terem submetido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

declaração de não apresentação de proposta com a justificação de que o orçamento de execução da empreitada ultrapassa o preço base do procedimento. Duas empresas apresentaram uma proposta submetendo um valor superior ao preço base do procedimento do concurso e quatro apresentaram propostas devidamente instruídas e abaixo do preço base. Vamos agora proceder a uma aprovação da alteração orçamental em que iremos descabimentar a diferença de valores que, como já referi, é de setenta e sete mil trezentos e sessenta e nove euros e trinta e sete cêntimos, o que revela, neste momento, uma boa gestão do dinheiro público que se espera que o seja, de facto, no final da obra concluída. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte: -----

----- “O Partido Chega, uma vez que se trata de uma proposta que engloba uma despesa, gostaria de colocar duas questões. -----

----- A Empresa a quem foi adjudicada esta obra, já fez anteriormente alguma obra para a Câmara Municipal de Oeiras? Qual foi o critério da adjudicação? Foi o critério do preço? É que se foi o critério do preço mais baixo, não se compreende, uma vez que estamos perante uma Câmara que já isentou de taxas, uma empresa, no valor de cinquenta mil euros. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não havendo mais intervenções, peço ao Senhor Vice-Presidente que esclareça a Senhora Deputada de que isto não é uma adjudicação.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Senhora Deputada do Chega, para muita da minha felicidade nem sequer sei qual é a empresa que vai fazer a obra. Não me interessa para nada.-----

----- Na Câmara Municipal de Oeiras, os membros do Executivo não fazem parte dos júris, naturalmente, quando são obras de grande dimensão, podemos ter algum cuidado em saber, para saber se não é uma empresa de vão de escada qualquer que fica com uma obra de grande

importância. Agora, mal seria se eu andasse à cata de saber quem são os empreiteiros e o histórico da relação com a Câmara para todas as obras que fazem com o Município e, portanto, não sei quem é. -----

-----Os critérios, estão todos nos cadernos de encargo e, portanto, eu não estudo, é ver a proposta. A Senhora Deputada é que tem que estudar a proposta, não sou eu, os critérios estão lá.

-----Quanto à questão do júri, naturalmente que os membros do júri que fazem parte do mesmo, ainda que sejam todos de arquitetura, são todos eles arquitetos com grande experiência. O trabalho que o Município vem fazendo neste tipo de intervenções é longo, particularmente desta unidade orgânica de reabilitação urbana, portanto, creio que estejam todos habilitados a isso. Incluir engenheiros, parece-me que pode ser razoável, agora juristas para apreciar projeto, não. Os juristas fazem um trabalho final ou fazem um trabalho de elaboração do caderno de encargos da parte jurídica, agora para apreciar projeto, em princípio, não devem ser juristas que apreciam essa fase, mas, de resto, tudo bem e agradecer os elogios da boa gestão financeira do mesmo. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente e vamos passar à votação desta proposta.”-

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e com uma abstenção do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Dinis Penela Antunes, Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 47/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 143/2022 – DRU - P.º 13/DRU/21 - CASAL DA CHOCA - CONSTRUÇÃO DA ALAMEDA DA ZONA C - APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA, APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO E ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e quarenta e três barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número trinta e um da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dois de março de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a adjudicação da empreitada “Construção da Alameda da Zona C”, ao concorrente “SCAMPIA, Engenharia, Limitada” com um prazo de execução de trezentos e sessenta dias, com o valor de setecentos e vinte e nove mil quinhentos e dez euros e três cêntimos, ao qual acresce IVA à taxa legal de seis por cento, totalizando o valor de setecentos e setenta e três mil duzentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos, com a seguinte programação plurianual:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e dois: trezentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e nove euros e noventa e seis cêntimos;-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: quatrocentos e vinte e nove mil trezentos euros e sessenta e sete cêntimos.-----

-----A descabimentação do saldo diferencial entre o valor base fixado para o presente procedimento (oitocentos e cinquenta mil seiscentos e cinquenta euros) e o valor da proposta do concorrente vencedor (setecentos e setenta e três mil duzentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos), valores com IVA incluídos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ata.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 165/2022 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Processo das Juntas das Uniãos das Freguesias e de Freguesias relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância – 1.º Semestre de 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gostaria apenas de obter alguns esclarecimentos relativamente aos valores inscritos na proposta relativos à União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias que são manifestamente baixos em comparação com os valores propostos para outras Freguesias. -----

----- Olhamos para o quadro dos montantes propostos e verificamos que Porto Salvo, receberá setenta e dois mil euros, Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada-Dafundo, sessenta mil e Carnaxide e Queijas, setenta e oito mil euros. Fomos verificar se o historial em anos passados seria parecido e verifica-se o seguinte:-----

----- Em dois mil e dezoito, a transferência foi de dois mil e quatrocentos euros, no primeiro semestre e de mil e quinhentos euros no segundo semestre. Em dois mil e dezanove, mil e quinhentos euros no primeiro semestre e dois mil e sete euros no segundo. Em dois mil e vinte, cerca de mil e duzentos euros no primeiro semestre e de zero euros no segundo semestre e em dois mil e vinte e um, cerca de trezentos euros. Posto isto, acreditamos que, certamente, existe uma razão lógica para que estas verbas sejam reduzidas e peço uma explicação sobre o assunto colocado. Disse.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, isto trata-se de uma comparticipação às Juntas de Freguesia para pagamento da diferença dos vencimentos das funcionárias dos jardins de infância da Santa Casa da Misericórdia. Portanto, há uma tabela das IPSS e a tabela da função pública, elas eram

funcionárias das IPSS, mas passaram a receber pela tabela da função pública, assumindo a Câmara Municipal, o compromisso de pagar essa diferença. À medida que essas funcionárias se têm reformado, vai deixando de haver essa comparticipação. No que diz respeito ao infantário de Oeiras, que é um infantário que pertence ao Centro Social e Paroquial, essa diferença neste momento, são trezentos euros. Nas outras Freguesias, a diferença ainda se mantém elevada, portanto, ainda haverá bastantes funcionárias, o que justifica esta diferença e à medida que se forem reformando, vai diminuindo este valor.” -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado pelo esclarecimento.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não sei se querem usar da palavra sobre este assunto ou se consideram esclarecido. Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) faça o favor.” -----

-----A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“A Proposta de Deliberação que aqui analisamos enquadra-se nos protocolos celebrados nos anos noventa, entre o Município de Oeiras e as então Freguesias que hoje constituem as Uniões de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, Algés, Linda-a-Velha, Cruz-Quebrada/Dafundo, Carnaxide e Queijas e a Junta de Freguesia de Porto Salvo, relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância.-----

-----Estes protocolos estabeleceram as condições de transferência da gestão dos estabelecimentos de infância, das referidas Juntas para a Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e para o Centro Social e Paroquial de Oeiras. Isto porque, foi necessário compensar as condições remuneratórias dos técnicos transferidos pela Autarquia, diferentes das tabelas salariais das IPSS, o Município deliberou em dois mil a atribuição de uma comparticipação financeira no início de cada semestre, a transferir mensalmente para cada Junta de Freguesia, por forma a que cada Junta compensasse as instituições da diferença remuneratória dos técnicos transferidos à data da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assinatura dos referidos protocolos. -----

----- Compete às Juntas de Freguesia o controlo e validação dos mapas de pessoal e das respetivas remunerações pagas, o cálculo dos acertos necessários, bem como o envio mensalmente à Câmara Municipal de Oeiras com vista à transferência dos valores a acertar. -----

----- O suporte desta tramitação está exposto no memorando da Divisão de Coesão Social de oito de setembro de dois mil e vinte e um, com a informação do total dos montantes transferidos desde dois mil e dez, no valor de seis milhões, sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos e, ainda, a evolução do quadro de pessoal, decrescente para efeitos de transferência de verbas. -----

----- Assim, entre dois mil e dez e dois mil e vinte e um, o número de colaboradores abrangidos decresceu de oitenta e oito para quarenta. O quadro de pessoal abrangido pela atual transferência de verbas, diz respeito a quinze funcionários em Algés, onze em Carnaxide, um em Oeiras e treze em Porto Salvo. Estima-se que em dois mil e trinta sejam efetivadas as aposentações dos últimos funcionários abrangidos, ficando nessa data resolvidos os protocolos no que respeita aos recursos humanos. -----

----- Senhora Presidente, Oeiras não foi exceção, tendo acompanhado nesta matéria a política da generalidade das principais autarquias do país, na transferência da gestão dos estabelecimentos de infância para o setor social e solidário, representado pelas misericórdias e pelas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), entidades sem finalidade lucrativa.

----- Este setor tem vindo a assumir, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas sendo que o apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo e o apoio à família se destacam como uma das suas principais missões. -----

----- O Município através dos apoios disponibilizados deverá ser o garante da capacidade de execução de cada uma das instituições bem como da qualidade da sua Ação Social. -----

-----Finalmente, o Partido Socialista, mais uma vez confirma, com o seu voto favorável, o agradecimento a estas instituições que têm sido um braço fundamental do estado social.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 48/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 165/2022 – DCS – PROCESSO DAS JUNTAS DAS UNIÕES DAS FREGUESIAS E DE FREGUESIAS RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA - 1.º SEMESTRE DE 2022** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e sessenta e cinco barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número cinquenta e três da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dois de março de dois mil e vinte e dois e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição financeira às Juntas da União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, da União das Freguesias de Carnaxide e de Queijas, da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante global de duzentos e dez mil e trezentos euros, para a comparticipação nas despesas estimadas, do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois,

com o pessoal afeto aos estabelecimentos de infância da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e do Centro Social e Paroquial de Oeiras, repartidos da seguinte forma:-----

----- Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesia - Valor semestral / Valor mensal a transferir: - -----

----- União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - sessenta mil euros / dez mil euros; -----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - setenta e oito mil euros / treze mil euros; -----

----- União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - trezentos euros / cinquenta euros; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - setenta e dois mil euros / doze mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 178/2022 – DMAG/DFP/DP – relativa à Anexação de Terrenos Municipais e Retificação de Área/Integração de Terrenos no Domínio Público, sítios em Paço de Arcos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Sobre esta matéria apenas um pedido de esclarecimento, porque parece-nos que é uma proposta, enfim, pacífica do ponto de vista da gestão do património imobiliário do Município. É, no fundo, compactar aquilo que são frações que hoje em dia serão mais fragmentadas, mas talvez fosse interessante perceber quais são os projetos que o Município tem para com este património agora mais sustentado, resolver e contribuir para o ordenamento daquela área de Paço de Arcos. Nomeadamente, na relação que poderá vir a estabelecer com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

projeto do Centro de Congressos. Portanto, era um pouco só para perceber quais são essas linhas que o Executivo tem em cima da mesa para este património. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Carla Santos (CH)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estamos aqui a falar de uma anexação de imóveis, um artigo rústico e três artigos urbanos, que se destina a constituir apenas num artigo urbano. Tratando-se de um rústico e três urbanos, como é que isto vai ser possível? E, porque é que só oitocentos e cinco metros quadrados é que passam para o domínio público municipal. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não havendo mais inscrições e eu ia pedir ao Senhor Vice-Presidente, se quer o Senhor esclarecer ou passar a palavra a alguns dos Senhores Vereadores.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte. -----

----- “Senhora Presidente, com a sua licença, passo a palavra ao Senhor Vereador do Património para esclarecer as questões suscitadas.”-----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto**, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “É, efetivamente, uma operação urbanística normal e que trata a agregação num lote único. O destino, como está escrito na informação será a alienação, mas a alienação por hasta pública com parâmetros urbanos definidos. Com isto quer se dizer que para a alienação estão a ser desenvolvidos os estudos que vão indicar quer a função, portanto, comércio, habitação o que for, quer a possibilidade de construção, metros quadrados por função.-----

----- Quanto à questão do urbano rústico é enquadrado na lei, não tem nenhuma questão.--

----- Os oitocentos e cinco metros que correspondem a duas áreas também definidas na planta e que corresponde a uma área que está hoje em dia já a ser utilizada como estacionamento e outra que é um arruamento. O que significa que, por função, é domínio público. O restante é domínio privado municipal. Portanto, é uma operação meramente técnica esta. Muito obrigado.”

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com uma abstenção do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 49/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 178/2022 – DP – ANEXAÇÃO DE TERRENOS MUNICIPAIS E RETIFICAÇÃO DE ÁREA / INTEGRAÇÃO DE TERRENOS NO DOMÍNIO PÚBLICO, SITOS EM PAÇO DE ARCOS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e setenta e oito barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número sessenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dois de março, de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a integração no domínio público municipal de duas parcelas de terreno com a área total de oitocentos e cinco metros quadrados, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 184/2022 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado Rui Nascimento (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“A Alteração Modificativa apresentada nesta proposta advém da incorporação do saldo de gerência da execução orçamental do ano transato e da aplicação do Orçamento do Estado para dois mil e vinte e um em regime transitório, por via do chumbo do Orçamento do Estado que levou a eleições legislativas no passado dia trinta de janeiro, eleições essas que, como todos sabemos, ainda não tiveram o seu desfecho. -----

-----Ao repto do Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista respondeu com a apresentação de um conjunto de propostas na discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Oeiras que foram aceites. As propostas do PS enquadram diferentes áreas: do desenvolvimento sustentável à proteção animal, passando pela dinamização turística e igualdade e inclusão. O Executivo da Câmara remeteu ontem a análise destas propostas para todos os Grupos Políticos e é sobre a qual nos debruçamos.-----

-----No Desenvolvimento Sustentável propusemos o lançamento de “campanhas, com informações relevantes, incentivando à mudança ativa, como, por exemplo, nos recursos hídricos, no uso do solo, na alimentação, no lixo urbano, energia e economia circular”, a possibilidade de implementação de um projeto onde sejam distribuídos pelos agregados familiares, de determinado território, contentores do lixo de uso doméstico/caseiro com a separação dos mesmos por categoria e promoção desta política junto da comunidade estudantil. Da análise do documento que nos foi remetido constatamos que esta proposta está a ser realizada. -- -----

-----Neste âmbito também propusemos que toda a comunicação impressa seja produzida em matérias com o selo FSC (Forest Stewardship Council).-----

-----Acompanhamos o Município na redução de comunicação impressa e na intensificação da divulgação de conteúdos em formato digital. Porém, a proposta por nós apresentada incide sobre a comunicação impressa, nas suas variadas formas, e que a mesma seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

produzida em matérias FSC, proposta essa que não foi avaliada pelo Município. -----

----- Quanto ao lançamento de programas de redução de consumos na rede empresarial instalada no Concelho, associado à criação de programas de benefícios e apoios municipais, também verificamos que esta não foi analisada. Deixamos, no entanto, a nota de que o que pretendemos com esta proposta é a aplicação de programas de redução de consumos, que tenham impacto no dia a dia da empresa e não exclusivamente das medidas para o momento da implementação da empresa. São medidas que pretendem reforçar a atitude contínua do setor empresarial em matérias de sustentabilidade. -----

----- Por outro lado, apraz-nos saber que está a ser desenvolvida uma intervenção massiva na rede escolar para promover a eficiência energética com painéis fotovoltaicos em dez equipamentos escolares, tendo já se procedido a esta instalação no equipamento escolar de Algés e de Porto Salvo. -----

----- Já no âmbito da dinamização turística propusemos o “desenvolvimento do programa rota verde e passeios pedestres” que prevê a continua limpeza das margens das nossas ribeiras, dotando-as de caminhos, passadiços e trajetos para usufruto da população. Está a ser realizado. --

----- É nosso entender que falta, no entanto, a dinamização de um programa cíclico para aproveitamento dos espaços municipais com o desenvolvimento de atividades, como a mostra de artesanato, gastronomia, espetáculos culturais, entre outras, para os visitantes e cidadãos oeirenses, bem como o desenvolvimento do turismo náutico e de recreio, com o estabelecimento de parcerias com entidades oficiais para a organização de eventos, competições e espetáculos na área do mar. -----

----- Efetuámos duas propostas no âmbito da Proteção Animal. Propusemos que se identifique e estude um local para a instalação de um cemitério animal no Concelho (ação que não está a ser desenvolvida) e que seja criada a Provedoria do Animal, com os respetivos recursos financeiros, técnicos e humanos. Reconhecemos que no caso da Provedoria do Animal,

a Câmara Municipal já desenvolve algumas das políticas e atividades que se enquadram nesta proposta, mas não a sua totalidade nem com a abrangência que a Provedoria pode e deve oferecer. ---

-----Finalmente fizemos várias propostas no âmbito da Igualdade e Inclusão sobre as quais não temos qualquer referência. -----

-----Senhor Vice-Presidente e Executivo, o Partido Socialista reconhece a integração de algumas das suas propostas nas políticas do Concelho e o seu cabimento orçamental nesta alteração orçamental modificativa, estando outras propostas, ainda, por analisar.-----

-----Dito isto, e reconhecendo o esforço para a integração de algumas das nossas propostas, deixamos o desafio de analisar as restantes, aguardando pelo feedback dessa análise, a tempo da próxima revisão orçamental.” -----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Tendo em conta o relatório e não havendo saldo orçamental em dois mil e vinte e dois, nem nos anos seguintes, como se prevê, pergunta-se para melhor esclarecimento, o porquê desta alteração orçamental modificativa? Quanto é que isto vai custar? Como é que foram calculadas as distribuições das verbas? Pretende-se regularizar com isto alguma dívida com estes créditos? Disse.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Queria dar nota, de uma forma muito breve, daquilo que nos parece ser mais importante nesta alteração orçamental que a Câmara Municipal nos propõe, que, aliás, não é, uma proposta nova. Em dezembro de dois mil e vinte e um, tivemos a oportunidade, aquando da discussão do orçamento e das GOP, de tratar já de quase todos estes temas e de perceber que o orçamento seria decomposto em várias partes. -----

-----Sabíamos que a integração do saldo de dois mil e vinte e um, na casa dos vinte e nove milhões de euros ia acontecer e que também, por essa via, a cobertura das despesas com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

peçoal seria feita. Está aqui, foi-nos apresentado, não é claramente nada de novo.-----

----- Mas esta alteração, como sempre acontece, aliás, resulta de uma realidade que infelizmente se agrava de ano para ano e que tem como consequência, a transição dos compromissos de um ano para o outro. Bom seria que assim não acontecesse, mas o que está na base disto, normalmente não imputável à Câmara Municipal, é à forma como os projetos vão evoluindo ou à forma como os projetos não vão evoluindo, que é mais esse o tema, porque os atrasos que se verificam têm consequências depois no plano das contas. E, portanto, quer isto, quer a questão das reprogramações financeiras que já vimos aqui hoje uma, vamos ver outra, que são, enfim, uso e costume na gestão das câmaras municipais, têm, obviamente, alguns impactos nos exercícios quer do ano, quer nos exercícios, uma vez que também estamos a falar de GOP, de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. E, portanto, tudo isso vem aqui de uma forma clara, como sempre, dito para que todos possamos verificar onde é que as alterações vão acontecendo. -----

----- Uma nota também que me parece importante, não é muito habitual, para a consagração do lado da receita de uma verba que tem a ver com a comparticipação das despesas em algumas escolas e são fundos do Fundo de Desenvolvimento Regional e, portanto, não sendo muito habitual, é importante, do meu ponto de vista, realçar esse facto. -----

----- Quem olha para a ata da reunião da Câmara Municipal onde estes temas foram discutidos, verifica que talvez nunca tenha havido uma ata tão curta, ou seja, as questões que foram colocadas foram praticamente zero. O que mostra bem um aspeto, que é um aspeto positivo, que é o quase total consenso que existe em relação às medidas propostas. -----

----- Também uma nota, e julgo que é uma nota importante de realçar, foi, aliás, aqui realçada pelo Partido Socialista e que tem a ver com a aceitação de boa parte das medidas que, em dezembro, propôs. Eu não sei em que câmara municipal, em que a posição entre partidos ou entre forças políticas, posição relativa entre forças políticas é aquela que é aqui em Oeiras, há

algo parecido com isto, que é a forma como se tratam as propostas que a oposição faz. Julgo que é de realçar, não é a boa vontade, não se trata de boa vontade, trata-se da predisposição que a Câmara Municipal tem para fazer bem e quando as propostas vindas de onde vierem são boas, há que tomá-las como nossas e as aproveitar em nome de todos. -----

-----O Partido Socialista fez o reconhecimento de que, de facto, isso aconteceu em boa parte das medidas que propôs e compete-nos, a nós, realçar essa atitude de disponibilidade que a Câmara Municipal tem tido e estou certo que continuará a ter a bem de todos. -----

-----Por último, realçar que, como já aqui foi dito, em dezembro, os exercícios de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três não vão ser exercícios fáceis. Aconselham cautela, prudência e, portanto, é bom que todos tenhamos consciência disso. Nós estamos aqui a falar de números e às vezes perdemos um bocadinho com a realidade dos números e com a realidade do que é que está por trás de cada número. E por trás de cada número, estão coisas em concreto, responsabilidades que a Câmara assume e atrás das responsabilidades, estamos aqui nós para verificar se a Câmara é ou não é capaz de as cumprir. Estou absolutamente certo que será. Estou absolutamente certo que a cautela ou prudência aconteceu na gestão do orçamento para dois mil e vinte e dois, que as alterações orçamentais não vem pôr isso em causa e que, independentemente da crise que já falámos aqui hoje, e que o Senhor Presidente também nos disse que causa um clima de incerteza muito grande relativamente ao que aí vem, aos custos das coisas. As empreitadas, por exemplo, até, enfim, podem estar muitas delas em causa. A subida dos preços tem sido de tal forma que muitas coisas podem vir a estar em causa nos próximos meses. Mas, estou absolutamente certo que a Câmara Municipal saberá, como sempre tem feito, conduzir este processo a bom porto, com a cautela, e volto a dizer que sempre tem tido, não deixará para trás nenhum daqueles que são os projetos mais importantes que traçou para o Concelho, designadamente nas GOP dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e quatro. E, portanto, tenho que, enfim, dizer aqui que a alteração orçamental não nos surpreende no sentido de que já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estava pensada e corresponde a uma política estável que a Câmara Municipal tem vindo a ter relativamente a todas estas questões. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Deputada Ágata Branco (CDU)** disse o seguinte: -----

----- “Na sequência da posição da CDU nas GOP e Orçamento de dois mil e vinte e dois e em consonância com a mesma, votaremos contra esta Proposta, sem colocar em causa a apreciação da correção formal e técnica dos documentos. Obrigada.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Começo por falar da incerteza e dos tempos de crise. De nada vale saber para que lado sopra o vento, se o timoneiro não souber para onde quer ir. O que eu quero dizer com isto. Estrategicamente foi estabelecido um plano, o Município de Oeiras vive um ciclo de investimentos pesado, e daí aquilo que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) dizia há pouco da dificuldade da gestão orçamental dos exercícios de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, que tem a ver com o ciclo de investimentos pesado que o Município de Oeiras enfrenta. -- -----

----- É um ciclo de investimentos pesado, porque consideramos que há intervenções que são estratégicas para o desenvolvimento futuro do Município. Entendemos nós, praticar uma estratégia de governação desenvolvimentista, no sentido em que procuramos, através da nossa governação, promover índices de desenvolvimento sustentado e sustentável de longo prazo para toda a comunidade. -----

----- São exemplos, intervenções essenciais e estratégicas, como a que está atualmente em curso, no novo edifício dos Paços do Concelho. Como a que vai estar em curso e que hoje está na proposta número cinco, relativa ao Centro de Congressos e Exposições, que tem que ser necessário dentro de algum tempo. Como algumas vias estruturantes que já estão plasmadas nestes exercícios e que são essenciais para fazer respirar a mobilidade no Concelho e mobilidade não é só andar a pé. Mobilidade também é para quem nos procura seja através de transporte

individual, seja preferencialmente através de transporte público. A tudo isto, nós temos de acorrer, mas também são estratégicas as intervenções que temos que realizar no âmbito da educação, porque pretendemos ter patamares de desenvolvimento ao nível da educação no Concelho. Temos uma ambição pelo que entendemos que devemos ter patamares mais avançados do que aqueles que são definidos mesmo ao nível do Governo da República...exatamente, excelência é ultrapassar aquilo que está definido, é conseguir ultrapassar as nossas metas. Por todas estas razões, estes são exercício complicados. Naturalmente, nós não vivemos alheados da realidade do contexto, mas não confundimos o que é o contexto com o que é a estrutura. Isto para vos dizer o quê? Não confundimos o que é gestão orçamental de um ciclo de investimentos pesado ou complexo com o que é estruturalmente a receita do Município de Oeiras. Nós não estamos a viver fora da nossa receita, nós estamos a viver de acordo com os limites da nossa receita e com a reserva que tínhamos. No caso de necessitarmos ou de fazermos um empréstimo, estaremos a fazer para antecipar qualidade de vida. Portanto, nada disso está fora das cogitações das contas ou de um exercício financeiramente equilibrado. -----

-----Naturalmente que, isto exige, por vezes, e para durante algum tempo, irritação dos meus colegas vereadores para com o titular do Pelouro Financeiro, para algum aperto de malha na execução. Portanto, temos que procurar muitas vezes ser um pouco mais cuidadosos dada a dificuldade dos exercícios, no rigor dos números. Todavia, esta revisão visa sobretudo, e direcionando-me as questões que foram colocadas, cumprir com o que não estava ainda previsto. Nós temos vindo a dizer desde dois mil e dezoito/dois mil e dezanove que aprovamos os orçamentos normalmente em duas/três fases. Aprovámos um orçamento inicial e depois aprovámos um outro orçamento ou complementamos essa aprovação orçamental com uma primeira revisão no qual fazemos enxertias, injetando recursos em rubricas que não estavam providas na totalidade daquilo que nós entendemos que devem estar para cumprir a tal estratégia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desenvolvimentista que queremos pôr em prática. -----

----- Naturalmente que, há também ao nível da análise da estrutura de despesa do Município, se olharem com cuidado para ela, veem que ao nível da despesa corrente, houve algum aumento nos últimos anos, por exemplo, ao nível da gestão dos espaços verdes. Naturalmente que, nós podemos fazer esta ponderação, devemos investir ou devemos fazer crescer a despesa corrente na gestão do espaço público que temos vindo a investir? Ou será que estamos a gastar demasiado? Não pensem que para nós, esta ponderação não é feita. Mas nós temos que fazer a escolha ou investimos e temos a qualidade de vida que hoje temos no Concelho, o Senhor Presidente nos últimos dias tem dito que não encontra um papel nos passeios do Concelho de Oeiras, que está tudo limpinho exceto nos dejetos caninos de quem os deixa sem recolher. Está tudo limpinho, mas para estar limpinho é preciso investir. -----

----- Quando nos falam, por exemplo, das políticas ambientais e vou ao encontro do desenvolvimento sustentável, para continuarmos com o nível de plantação de árvores no espaço público que temos vindo a ter, custa recurso ao Município. Para continuarmos com o nível de cuidado dos espaços verdes e eu creio que depois, particularmente, da pandemia, em que as pessoas estiveram, de certo modo, aprisionadas em casa devido a uma doença, passaram a usufruir muito mais dos espaços públicos, por exemplo, a utilização que hoje é dada ao Parque dos Poetas ou ao Parque das Perdizes, ao Parque Urbano de Miraflores que hoje tem muita gente. Todos estes espaços verdes ganharam maior frequência, certamente, acredito que todos os Senhores Deputados frequentem os espaços verdes do Concelho, veem o extremo cuidado com que estes espaços verdes são mantidos. Cuidar dos espaços verdes com a qualidade que o Município de Oeiras tem vindo a fazer, representa investimento. -----

----- Estou a dizer em linhas gerais, algumas das alterações que foram levadas a cabo nos últimos anos. Vejam: aumento da despesa corrente com a gestão do espaço público, investimento em maquinaria para a gestão do espaço público, vejam o número de viaturas que foram

adquiridas. As máquinas de limpeza e as máquinas de recolha novas. Vejam também, o que nós passámos a gastar mais ao nível da educação, quanto é que temos que investir no Programa Oeiras Educa e ainda não está incluído neste programa a parte da transição digital que ainda não está feita, porque há uma parte que nós também queremos fazer e que vamos fazer. Esta dose de investimentos tem que ser feita. Naturalmente que, também, se olharmos para os efeitos da pandemia, se virem nas rubricas dedicadas à saúde, por exemplo, verão o aumento substancial que desde dois mil e vinte estas têm tido, ao nível da saúde e ao nível da ação social. Ação social em apoio de emergência. Libertámos da pandemia, temos agora um ciclo complexo em perspectiva relacionado, quer com o os refugiados que temos que acolher, pessoas que estão deslocadas na opinião deste humilde Vice-Presidente, porque estão a combater ou são consequência de uma guerra que também é nossa. E, portanto, é nosso dever de humanidade e de solidariedade apoiar quem está deslocado naquelas circunstâncias, mas também com a nossa comunidade quem possa sofrer com as consequências de uma crise económica que se pode perspetivar. -----

-----Naturalmente que, associado a isto estão as despesas financeiras que podem ocorrer, foi dito pelo Deputado António Moita (IN-OV) há pouco, as despesas financeiras que podem ocorrer ou que podem acrescer resultado da crise. Todos nós sabemos que, por exemplo, não decorrente de uma obra, mas no caso do óleo de girassol, por exemplo, aumentou trezentos por cento nos últimos meses. Todos nós pomos combustível, ou a maior parte de nós e vimos o aumento substancial que os combustíveis tiveram. Associado a isto a escassez de aço no mercado de ferro. Hoje, mesmo há notícias do possível racionamento de gasóleo na Europa, tudo isto leva a potenciar o crescimento dos preços, crescimento da inflação, crise económica, dificuldades na população mais frágil e é a essa população mais frágil que, nós vamos ter novamente de acorrer. E para tudo isso, nós estamos sensíveis e como sempre responderemos, acreditamos nós, com a eficácia que temos tido ao longo dos anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Paralelamente, e para terminar a minha intervenção, quero dizer algo sobre as propostas do Partido Socialista. Quis o legislador, quando criou os executivos, como criou nos órgãos executivos dos municípios que as forças políticas que integram o Município ou que integram a Câmara Municipal, partilhem do esforço de governação. Era essa a ideia original do legislador e por isso, pôs nos órgãos executivos, multipartidários ou com múltiplas forças políticas. Isto obrigava, desde o início da democracia portuguesa, à participação e a encontrar os mínimos múltiplos comuns de entendimento entre os diversos atores e diversos agentes políticos. Agora, faço-me de analista político, é exatamente nesse espírito que o Partido Socialista se colocou nos últimos tempos. E, sem qualquer paternalismo, bem, se eu estivesse do lado da oposição queria ser parte da solução e não parte dos problemas, assim é a oposição responsável. -

----- As propostas que o Partido Socialista fez, a maior parte delas vão ao encontro do modelo que nós defendemos para Oeiras. Não é vergonha nenhuma aceitar as boas ideias dos outros. Ai de quem em democracia se acredite ser, ou que acredite possuir o monopólio das boas ideias ou das boas intenções. Normalmente, quem tem o monopólio das boas ideias e das boas intenções, não é democrata. Quem acha que tem toda a razão, não é democrata. Quer viver num registo distinto. No Leste da Europa, temos visto a surgir gente que pensa assim. Mas quem quer participar e ser parte da solução, apresenta soluções e luta para que essas soluções sejam integradas e, naturalmente, ainda há umas semanas, permitam-me que fale disto publicamente, acho que também não é vergonha nenhuma, há uma intervenção que está a ser feita em Barcarena, que o Partido Socialista tinha no programa de dois mil e dezassete e que vai servir muito bem a população do Concelho. Portanto, nada nos impede de acolher as boas ideias. -----

----- Há propostas que ainda não foram acolhidas, até porque muitas delas não podiam ser acolhidas nesta fase, mas que, naturalmente, continuamos dispostos a acolher todas as boas ideias que nos tragam mais-valias para a população que devemos todos servir. Senhora Presidente era tudo como eu queria dizer. Muito obrigado.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com três votos contra, sendo dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco) e um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), e com nove abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ferreira Marques). -----
----- O Senhor Deputado Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação. -----
----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----
----- “**DELIBERAÇÃO N.º 50/2022** -----
----- **PROPOSTA C.M.O N.º 184/2022 – DPOC – 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO)** -----
----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e oitenta e quatro barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número setenta da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dois de março de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra, sendo dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Chega, e com nove abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a primeira alteração orçamental modificativa de dois mil e vinte e dois (primeira revisão) e a primeira alteração modificativa às Grandes Opções do Plano (primeira revisão), conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----
----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4.1.1. O Senhor Deputado Rui Nascimento (PS), fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O Partido Socialista votou em abstenção porque tendo apresentado um conjunto de

propostas, temos resposta e análise de algumas das propostas que, entretanto, tinham sido apresentadas, outras estão em falta e, portanto, daí a nossa abstenção e na próxima modificação orçamental cá estaremos outra vez. Obrigado.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 197/2022 – GAP – relativa à Reprogramação Financeira do contrato de prestação de serviços N.º 665/2020 – Aquisição de Projeto do Centro de Congressos de Oeiras (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Em relação a esta Proposta, ela surge após alguns atrasos no respetivo processo que aliás, foram e estão explicados em conformidade com a apreciação e debate, em reunião de Câmara, nomeadamente com as explicações dadas pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vereadora Joana Baptista. -----

-----Posto isto, está na altura de continuar com o processo referente ao respetivo projeto para a construção do Centro de Congressos de Oeiras, aliás, que foi adjudicado em dois mil e vinte. Assim sendo, e face às circunstâncias mencionadas, tem de haver uma reprogramação financeira a ser votada nesta Assembleia para a aquisição do referido projeto, cujo valor total é de, sensivelmente, seiscentos e doze mil euros, conforme o respetivo contrato que foi efetuado para a prestação de serviços, nos seguintes termos: -----

-----Tendo em conta o contrato em referência, assinado em setembro de dois mil e vinte, foi efetuada uma programação financeira inicial para os anos dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, programação essa que, atualmente, está desajustada pelos factos expostos, tendo sido pagos apenas trinta por cento, até dois mil e vinte e um, ou seja a verba inicial e o respetivo estudo prévio. Portanto, a presente proposta remete-nos para a necessária reprogramação financeira plurianual, entre dois mil e vinte e dois, o ano em curso e dois mil e vinte e cinco, no valor de quatrocentos e vinte e nove mil euros em conformidade com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

respetivo cronograma que foi reformulado e que está plasmado na informação da proposta.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra neste ponto? O Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra? Não. Então vou colocar à votação.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com cinco abstenções, sendo

três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

-----O Senhor Deputado Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 51/2022** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 197/2022 – GAP – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 665/2020 - AQUISIÇÃO DE PROJETO DO CENTRO DE CONGRESSOS DE OEIRAS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e noventa e sete barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número vinte e seis da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dezasseis de março de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar a reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número seiscentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte - “Aquisição do Projeto do Centro de Congressos de Oeiras”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público. -----

6. A Senhora Presidente da A.M., concluiu, dizendo o seguinte:-----

----- “Chegámos ao fim desta nossa reunião, não há intervenção do público, não há ninguém inscrito e, portanto, resta-me agradecer a vossa presença, agradecer a todos os que nos acompanharam em suas casas e até à próxima reunião.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----O Segundo Secretário,-----

